



E-book

PM TO 2021

Soldado

Prova Comentada

Olá, futuro Policial!

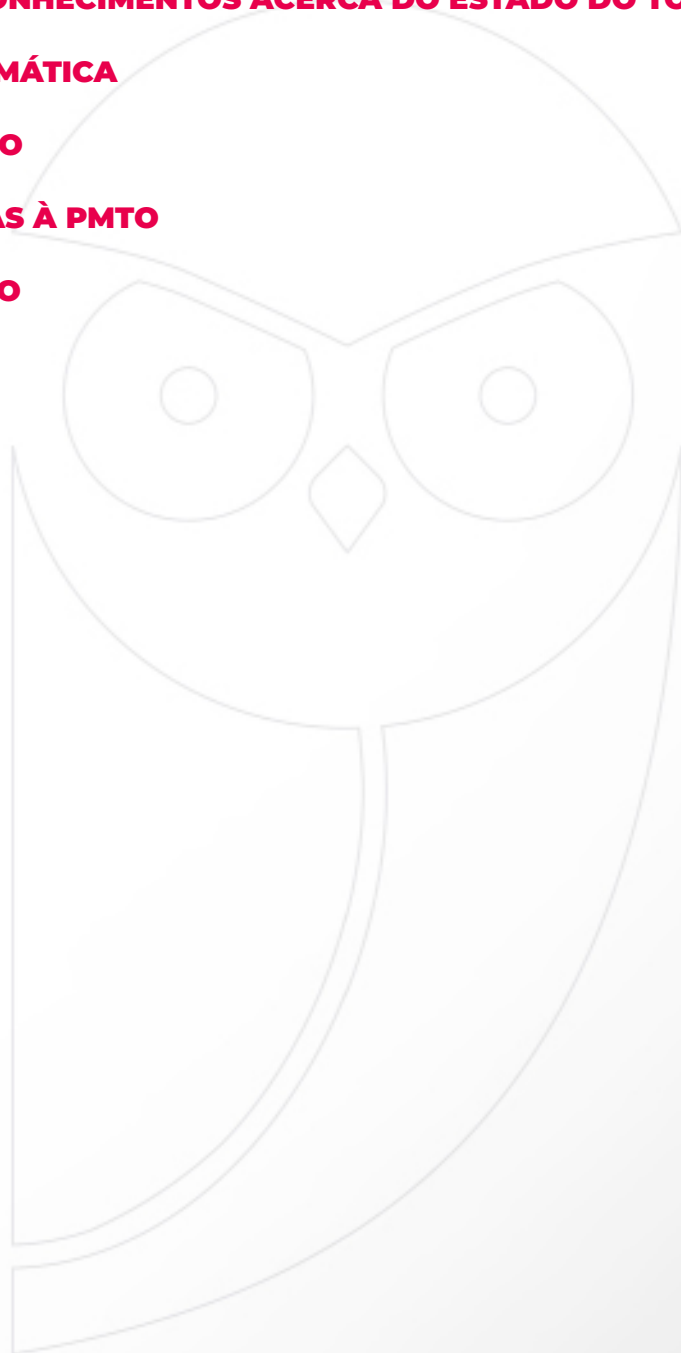
É com imensa satisfação que apresentamos a prova comentada da Polícia Militar do Tocantins de 2021, para o cargo de Soldado. Os nossos melhores professores cuidadosamente comentaram as questões explicando detalhadamente os assuntos mais difíceis!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que você resolva diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-lo mais perto de sua aprovação.

Aproveite muito este material! Bons estudos!
Equipe Estratégia Concursos

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	4
ATUALIDADES E CONHECIMENTOS ACERCA DO ESTADO DO TOCANTINS	22
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	35
NOÇÕES DE DIREITO	41
NORMAS RELATIVAS À PMTO	58
RACIOCÍNIO LÓGICO	71



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1A1-I

Apenas dez anos atrás, ainda havia em Nova York (onde moro) muitos espaços públicos mantidos coletivamente nos quais cidadãos demonstravam respeito pela comunidade ao poupá-la das suas intimidades banais. Há dez anos, o mundo não havia sido totalmente conquistado por essas pessoas que não param de tagarelar no celular. Telefones móveis ainda eram usados como sinal de ostentação ou para macaquear gente afluyente. Afinal, a Nova York do final dos anos 90 do século passado testemunhava a transição inconsútil da cultura da nicotina para a cultura do celular. Num dia, o volume no bolso da camisa era o maço de cigarros; no dia seguinte, era um celular. Num dia, a garota bonitinha, vulnerável e desacompanhada ocupava as mãos, a boca e a atenção com um cigarro; no dia seguinte, ela as ocupava com uma conversa importante com uma pessoa que não era você. Num dia, viajantes acendiam o isqueiro assim que saíam do avião; no dia seguinte, eles logo acionavam o celular. O custo de um maço de cigarros por dia se transformou em contas mensais de centenas de dólares na operadora. A poluição atmosférica se transformou em poluição sonora. Embora o motivo da irritação tivesse mudado de uma hora para outra, o sofrimento da maioria contida, provocado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, continuou estranhamente constante. Em 1998, não muito tempo depois que deixei de fumar, observava, sentado no metrô, as pessoas abrindo e fechando nervosamente seus celulares, mordiscando as anteninhas. Ou apenas os segurando como se fossem a mão de uma mãe, e eu quase sentia pena delas. Para mim, era difícil prever até onde chegaria essa tendência: Nova York queria verdadeiramente se tornar uma cidade de viciados em celulares deslizando pelas calçadas sob desagradáveis nuvenzinhas de vida privada, ou de alguma maneira iria prevalecer a noção de que deveria haver um pouco de autocontrole em público?

Jonathan Franzen. *Como ficar sozinho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 17-18 (com adaptações).

01. [Em relação ao tipo textual, o texto 1A1-I é predominantemente

- A) expositivo.
- B) injuntivo.
- C) argumentativo.
- D) descritivo.
- E) narrativo.

COMENTÁRIO:

O texto apresenta uma reflexão crítica sobre a mudança de hábitos sociais em Nova York, especialmente a substituição do cigarro pelo celular, em espaços públicos. O autor expõe sua opinião, compara comportamentos ao longo do tempo e argumenta sobre os impactos dessas mudanças.

Diante disso, o tipo textual predominante é o **argumentativo** (alternativa **C**), pois o autor constrói uma linha de raciocínio para convencer o leitor de sua perspectiva sobre o uso excessivo dos celulares em público.

Embora o texto seja predominantemente **argumentativo**, ele apresenta diversos **elementos narrativos**, o que pode gerar dúvidas na identificação do tipo textual. Há referências temporais que sugerem uma sequência de acontecimentos, cenas detalhadas com personagens e ações, além de um narrador observador que relata sua própria experiência. Esses recursos ilustram a crítica do autor de forma concreta, reforçando sua persuasão e facilitando a identificação do leitor com o tema.

Por esse motivo, a questão foi anulada.

Gabarito: anulada.

02. Depreende-se dos sentidos do texto 1A1-I que a expressão “suas intimidades banais”, presente no primeiro período, refere-se

- A) ao conteúdo das conversas das pessoas ao celular.
- b) à exposição das compulsões das pessoas em espaços públicos como restaurantes e aeroportos.
- c) à vulnerabilidade das garotas que fumavam sozinhas pelas ruas de Nova York.
- d) à demonstração de hábitos peculiares em público, como o de morder antenas de celulares.
- e) ao descontrole das pessoas viciadas em celulares.

COMENTÁRIO:

A expressão "**suas intimidades banais**" refere-se ao **conteúdo das conversas das pessoas ao celular** em espaços públicos. Tal conteúdo pertence ao universo de intimidade das pessoas. O autor critica o fato de, anteriormente, haver um respeito coletivo por esses ambientes, enquanto hoje as pessoas expõem indiscriminadamente suas conversas privadas, muitas vezes irrelevantes, para toda a comunidade.

Por esse motivo, família, a alternativa correta é:

- A) ao conteúdo das conversas das pessoas ao celular.

Gabarito: A

03. No trecho “Afinal, a Nova York do final dos anos 90 do século passado testemunhava a transição inconsútil da cultura da nicotina para a cultura do celular”, do texto 1A1-I, a palavra “inconsútil” poderia ser substituída, mantendo-se a coerência do texto, por

- A) irrefreável.
- B) evidente.
- C) inconveniente.
- D) lenta.
- E) desregulamentada

COMENTÁRIO:

Que palavra bonita! Podemos combinar de usar sempre a partir de hoje? A palavra "**inconsútil**" significa **algo sem costura, sem interrupção, contínuo**.

Como "**inconsútil**" remete a algo sem interrupção, contínuo, a melhor substituição seria "**irrefreável**", pois transmite a ideia de um processo que ocorreu sem barreiras ou freios, ou seja, inevitável e incontrolável.

Portanto, a resposta correta é:

- A) irrefreável.

Gabarito: A

04. O autor do texto 1A1-I considera que

- A) os celulares são tão nocivos à saúde quanto os cigarros.
- B) os celulares são ainda mais viciantes que os cigarros.
- C) os celulares incomodam tanto quanto os cigarros.
- D) os celulares geram tantas despesas quanto os cigarros.
- E) os celulares são mais poluentes que os cigarros.

COMENTÁRIO:

O autor do texto estabelece um paralelo entre o cigarro e o celular, mostrando como ambos passaram a dominar os espaços públicos e gerar incômodo. Ele destaca que, embora a irritação causada tenha mudado de forma — da poluição atmosférica para a sonora, o desconforto da maioria das pessoas diante do comportamento compulsivo de uma minoria permaneceu constante. Dessa forma, a alternativa correta é **C) os celulares incomodam tanto quanto os cigarros**.

Observe o motivo da incorreção das outras opções:

- A) Errada, pois o texto não discute impactos à saúde, mas sim **comportamentos desrespeitosos**.
- B) Errada, pois o autor não afirma que o celular é mais viciante que o cigarro, apenas que **houve uma transição entre os vícios**.
- D) Errada, pois o texto indica que o gasto com celulares **superou** o gasto com cigarros, e não que foram equivalentes.
- E) Errada, pois o autor menciona uma **transformação** da poluição atmosférica para sonora, sem sugerir que uma é maior que a outra.

Gabarito: C

05. Sem prejuízo dos sentidos originais do texto 1A1-I, a expressão “assim que”, em “viajantes acendiam o isqueiro assim que saíam do avião”, poderia ser corretamente substituída por

- A) da mesma forma que.
- B) de maneira que.
- C) consoante.
- D) tão logo.
- E) à medida que.

COMENTÁRIO:

Aquela nossa questão clássica de conjunções de cada prova. Neste belíssimo exemplar, a banca propõe a substituição da locução conjuntiva “assim que” por outra equivalente. Para início de conversa, tal expressão é TEMPORAL. Beleza? Nesta lógica, só é possível praticar a substituição deste conectivo por outra expressão temporal.

- A) da mesma forma que. - Esse conectivo é comparativo, por isso não pode ser empregado no lugar de “assim que”.
- B) de maneira que. - Esse conectivo é consecutivo, por isso não pode ser empregado no lugar de “assim que”.
- C) consoante. - Esse conectivo é conformativo, por isso não pode ser empregado no lugar de “assim que”.
- D) tão logo. - Esse conectivo é temporal. Eis, portanto, o gabarito!
- E) à medida que. - Esse conectivo é proporcional, por isso não pode ser empregado no lugar de “assim que”.

Gabarito: D

06. Tendo como referência as ideias e os sentidos do texto 1A1-I, julgue os itens a seguir.

I. O autor considera que o celular promove uma invasão do espaço privado pelo espaço coletivo.

II. Antes de os celulares se tornarem comuns, o autor admirava as pessoas que circulavam com o telefone pelas ruas de Nova York.

III. No trecho “o sofrimento da maioria contida, provocado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, continuou estranhamente constante”, existe uma relação de oposição entre os vocábulos “contida” e “compulsiva”.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item II está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

COMENTÁRIO:

Vamos analisar cada item na sua individualidade.

I) O autor considera que o celular promove uma invasão do espaço privado pelo espaço coletivo.

ERRADO. O que o texto realmente sugere é o **oposto**: uma invasão do **espaço coletivo** pelo **espaço privado**. Ou seja, as pessoas passaram a expor em público suas conversas e intimidades, algo que antes era reservado ao ambiente privado

II) Antes de os celulares se tornarem comuns, o autor admirava as pessoas que circulavam com o telefone pelas ruas de Nova York.

ERRADO. Em nenhum momento o texto sugere que o autor admirava quem usava celular antes de ele se popularizar. Pelo contrário, ele menciona que os celulares eram um sinal de ostentação ou de imitação de pessoas ricas.

III) No trecho “o sofrimento da maioria contida, provocado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, continuou estranhamente constante”, existe uma relação de oposição entre os vocábulos “contida” e “compulsiva”.

CERTO. “Maioria contida” remete a pessoas que controlam seu comportamento, enquanto “minorias compulsivas” refere-se àqueles que não se controlam e falam ao celular sem considerar os outros. Esses termos estabelecem uma relação de oposição.

Gabarito: B

07. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto 1A1-I: “Embora o motivo da irritação tivesse mudado de uma hora para outra, o sofrimento da maioria contida, provocado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, continuou estranhamente constante.”. Assinale a opção que contém a proposta de reescrita que preserva a correção gramatical e a coerência do texto original.

- A) Porquanto o motivo da irritação houvesse mudado repentinamente, o sofrimento da maioria contida, suscitado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, permaneceu estranhamente.
- B) O motivo da irritação tinha mudado subitamente, mas, estranhamente, permaneceu o sofrimento da maioria contida, suscitado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos.
- C) O motivo da irritação tinha mudado repentinamente, apesar do sofrimento da maioria contida, causado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, ter estranhamente permanecido.
- D) Conquanto o motivo da irritação havia mudado subitamente, o sofrimento da maioria contida, suscitado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, persistiu estranhamente.
- E) O motivo da irritação tinha mudado subitamente, ao passo que, estranhamente, o sofrimento da maioria contida, causado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, se manteve.

COMENTÁRIO:

A questão é de reescrita. O texto solicita a versão que mantenha a correção e a coerência. Vale muito a pena aqui observar o emprego de conectivos para, talvez, eliminar opções incorretas. Por exemplo, observe que, no texto original, o autor inicia o período com ‘Embora’. A letra A substitui o ‘Embora’ por ‘Porquanto’. É evidente que essa troca altera o sentido original.

Portanto, a letra A precisa ser excluída de imediato. O conectivo ‘Porquanto’ tem valor de ‘causa’, e não de concessão.

Só peço uma coisa com essa questão: a atenção entre uma semelhança que existe entre concessão e adversidade. É completamente possível reescrever uma frase com um conectivo concessivo de maneira adversativa, fazendo as adaptações necessárias, como: verbo no indicativo, mudança de posição do conectivo.

Observe:

Embora esteja frio, eu vou sair.

Está frio, mas eu vou sair.

Essas duas frases apresentam a mesma informação, e foram realizadas as mudanças citadas acima.

Observe a letra B desta questão, comparada ao texto original.

Enunciado: Embora o motivo da irritação tivesse mudado de uma hora para outra, o sofrimento da maioria contida, provocado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, continuou estranhamente constante

Letra B: O motivo da irritação tinha mudado subitamente, mas, estranhamente, permaneceu o sofrimento da maioria contida, suscitado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos.

As duas frases expressam a **mesma ideia**, apesar de suas diferenças estruturais. Na primeira, a relação de concessão é marcada por “Embora”, enquanto na segunda, essa relação de oposição é expressa por “mas”. Em ambos os casos, fica claro que, apesar da mudança no motivo da irritação, o sofrimento da maioria continuou. A ideia de transformação repentina é mantida na troca de “o motivo da irritação tivesse mudado de uma hora para outra” por “O motivo da irritação tinha mudado subitamente”, ambas enfatizando uma mudança abrupta. Da mesma forma, a permanência do incômodo é destacada nas duas versões: na primeira, ele “continuou estranhamente constante”, e na segunda, “permaneceu estranhamente”. Ainda que a estrutura da reescrita seja mais direta e objetiva, o significado central se mantém, transmitindo que, embora a causa da irritação tenha mudado, o desconforto das pessoas permaneceu inalterado.

C) O motivo da irritação tinha mudado repentinamente, apesar do sofrimento da maioria contida, causado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, ter estranhamente permanecido.

Nessa frase, o valor concessivo da outra oração não é atribuído com o emprego da locução prepositiva ‘apesar de’, e isso provoca uma mudança de sentido.

Fique atento à expressão ‘apesar do sofrimento’. Nesse caso, ‘o sofrimento da maioria’ exerce a função de sujeito da expressão ‘ter permanecido’. Para muitos autores, essa construção está errada, e a contração ‘do’ precisaria ser desfeita: ‘apesar de o...’. No entanto, grandes gramáticos, como Evanildo Bechara, autorizam essa construção.

D) Conquanto o motivo da irritação havia mudado subitamente, o sofrimento da maioria contida, suscitado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, persistiu estranhamente.

O erro dessa opção é o emprego da expressão verbal ‘havia mudado’. Conjunções concessivas exigem verbo no subjuntivo: ‘houvesse mudado’.

E) O motivo da irritação tinha mudado subitamente, ao passo que, estranhamente, o sofrimento da maioria contida, causado por uma minoria compulsiva em restaurantes, aeroportos e outros espaços públicos, se manteve.

ERRADO. “Ao passo que” indica uma relação de **oposição ou simultaneidade**, mas não expressa a concessão presente no original.

Gabarito: B

08. No trecho “Ou apenas os segurando como se fossem a mão de uma mãe”, do texto 1A1-I, a palavra “como” introduz uma oração com a noção de

- A) consequência.
- B) conformidade.
- C) concessão.
- D) comparação.
- E) condição.

COMENTÁRIO:

No trecho “Ou apenas os segurando como se fossem a mão de uma mãe”, a palavra “como” introduz uma comparação entre a maneira como as pessoas seguram seus celulares e o ato de segurar a mão de uma mãe.

A construção “como se” indica um paralelo entre duas situações, sugerindo que o celular, para essas pessoas, exerce um papel simbólico semelhante ao de uma mão materna, transmitindo segurança ou conforto. Esse tipo de estrutura estabelece uma relação de semelhança imaginária entre os elementos comparados.

Gabarito: D

09. Assinale a opção que apresenta um trecho do texto 1A1-I em que o autor emprega um verbo no presente do indicativo em referência a um hábito atual da sociedade.

- A) “ainda havia em Nova York (onde moro) muitos espaços públicos mantidos coletivamente”
- B) “Há dez anos, o mundo não havia sido totalmente conquistado por essas pessoas que não param de tagarelar no celular”
- C) “A poluição atmosférica se transformou em poluição sonora”
- D) “observava, sentado no metrô, as pessoas abrindo e fechando nervosamente seus celulares”
- E) “de alguma maneira iria prevalecer a noção de que deveria haver um pouco de autocontrole em público?”

COMENTÁRIO:

O 'presente do indicativo' realmente pode indicar uma ação rotineira que ocorre na atualidade. O presente do indicativo é um tempo verbal usado para expressar ações que ocorrem no momento da fala, mas também pode indicar hábitos, verdades universais e situações permanentes. Quando usado para indicar um hábito da atualidade, ele sugere uma ação que se repete regularmente e faz parte do cotidiano de um indivíduo ou da sociedade. Na letra B, fique atento ao verbo 'param'.

B) "Há dez anos, o mundo não havia sido totalmente conquistado por essas pessoas que não param de tagarelar no celular

O verbo "param" está no presente do indicativo e indica um hábito atual da sociedade: o fato de algumas pessoas falarem excessivamente ao celular.

Gabarito: B

10. No último período do texto 1A1-I, com o uso do diminutivo no vocábulo "nuvenzinhas", o autor

- A) expressa depreciação.
- B) manifesta afeto.
- C) indica tamanho reduzido.
- D) atenua o sentido da palavra.
- E) reforça o sentido da palavra.

COMENTÁRIO:

No último período do texto, o autor utiliza "**nuvenzinhas de vida privada**" para se referir às conversas das pessoas ao celular em espaços públicos. O diminutivo "**nuvenzinhas**" não é usado para indicar afeto, suavizar ou reforçar a palavra, mas sim para **expressar ironia e menosprezo**, enfatizando sua crítica ao comportamento das pessoas que falam sem parar ao telefone.

Gabarito: A

Texto 1A2-I

O papel da polícia militar é exclusivamente o patrulhamento ostensivo. É por isso que essa é a polícia que anda fardada e caracterizada, mostrando sua presença ostensiva e passando segurança à sociedade.

Nesse contexto, a polícia militar tem papel de relevância, uma vez que se destaca, também, como força pública, primando pelo zelo, pela honestidade e pela correção de propósitos com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas.

Nos dias atuais, a polícia militar, além de suas atribuições constitucionais, desempenha várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influenciam no cotidiano das pessoas, na medida em que colabora com todos os segmentos da sociedade, diminuindo conflitos e gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia.

De uma forma bem simples, a polícia militar cuida daquilo que está acontecendo ou que acabou de acontecer, enquanto a polícia civil cuida daquilo que já aconteceu e que demanda investigação, ou seja, a polícia militar é aquela que cuida e previne, e a polícia civil é aquela que busca quem fez.

Internet: <www.pm.to.gov.br> (com adaptações).

11. De acordo com as ideias do texto 1A2-I, de forma geral, a polícia militar distingue-se da polícia civil por

- A) fazer rondas e investigar os cidadãos.
- B) realizar o patrulhamento ostensivo à paisana.
- C) cuidar da ocorrência de crimes e preveni-los.
- D) andar fardada a fim de intimidar os cidadãos.
- E) proteger segmentos específicos da sociedade.

COMENTÁRIO:

O texto deixa claro que a polícia militar tem o papel de patrulhar ostensivamente e prevenir crimes, além de agir no momento em que eles ocorrem. Já a polícia civil tem como principal função a investigação dos crimes que já aconteceram. A distinção entre ambas é ressaltada no trecho:

“De uma forma bem simples, a polícia militar cuida daquilo que está acontecendo ou que acabou de acontecer, enquanto a polícia civil cuida daquilo que já aconteceu e que demanda investigação.”

As demais alternativas estão incorretas porque:

- A) A polícia militar não tem a função de investigar, isso é papel da polícia civil.
- B) A patrulha da polícia militar é ostensiva e fardada, não à paisana.

- D) O texto menciona que a presença da polícia militar passa segurança, não que seu objetivo seja intimidar.
- E) A polícia militar protege toda a sociedade, e não apenas segmentos específicos.

Gabarito: C

12. No texto 1A2-I, o emprego da vírgula no trecho “Nesse contexto, a polícia militar tem papel de relevância” (segundo parágrafo) deve-se ao mesmo motivo que justifica o uso dessa pontuação imediatamente após o trecho

- A) “Nos dias atuais” (terceiro parágrafo).
- B) “no cotidiano das pessoas” (terceiro parágrafo).
- C) “na medida em que colabora com todos os segmentos da sociedade” (terceiro parágrafo).
- D) “a polícia militar cuida daquilo que está acontecendo ou que acabou de acontecer” (quarto parágrafo).
- E) “a polícia militar é aquela que cuida e previne” (quarto parágrafo).

COMENTÁRIO:

Tanto em “Nesse contexto, a polícia militar tem papel de relevância” quanto em “Nos dias atuais, a polícia militar, além de suas atribuições constitucionais, desempenha várias outras atribuições”, a vírgula é usada pelo mesmo motivo: a presença de um adjunto adverbial deslocado no início da oração.

O adjunto adverbial “Nesse contexto” indica circunstância de contexto e está posicionado no início da frase, exigindo a vírgula para marcar esse deslocamento. O mesmo ocorre com “Nos dias atuais”, que é um adjunto adverbial de tempo, também deslocado no início da oração.

- B) “no cotidiano das pessoas” (terceiro parágrafo).

ERRADO. Essa expressão não está isolada. A vírgula depois dessa expressão isola a oração seguinte.

- C) “na medida em que colabora com todos os segmentos da sociedade” (terceiro parágrafo).

ERRADO. Trata-se de uma oração subordinada adverbial causal. A vírgula depois dessa expressão separa uma oração da outra.

- D) “a polícia militar cuida daquilo que está acontecendo ou que acabou de acontecer” (quarto parágrafo).

A vírgula que ocorre depois dessa expressão isola a expressão ‘ou seja’.

- E) “a polícia militar é aquela que cuida e previne” (quarto parágrafo).

A vírgula que ocorre depois dessa expressão separa uma oração coordenada aditiva da oração assindética. Observe que, nesse caso, a vírgula é totalmente autorizada, visto que a segunda oração tem um sujeito diferente da primeira.

Gabarito: A

13. No texto 1A2-I, o adjetivo “penais”, em “coibindo os ilícitos penais” (segundo parágrafo), exerce a mesma função sintática que o termo

- A) “segurança”, em “passando segurança à sociedade” (primeiro parágrafo).
- B) “papel”, em “a polícia militar tem papel de relevância” (segundo parágrafo).
- C) “bens”, em “com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados” (segundo parágrafo).
- D) “conflitos”, em “diminuindo conflitos e gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia” (terceiro parágrafo).
- E) “constitucionais”, em “a polícia militar, além de suas atribuições constitucionais, desempenha várias outras atribuições” (terceiro parágrafo).

COMENTÁRIO:

Para começar, essa expressão exerce a função de adjunto adnominal. O gabarito será outra expressão que exerce a mesma função. Vamos à análise.

- A) “segurança”, em “passando **segurança** à sociedade” (primeiro parágrafo).

Errado. O termo ‘segurança’, nessa frase, exerce a função de objeto direto.

- B) “papel”, em “a polícia militar tem papel de relevância” (segundo parágrafo).

Errado. O termo ‘papel’, nessa frase, exerce a função de objeto direto.

- C) “bens”, em “com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados” (segundo parágrafo).

ERRADO. O termo ‘bens’, nessa frase, exerce a função de objeto direto.

- D) “conflitos”, em “diminuindo conflitos e gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia” (terceiro parágrafo).

ERRADO. O termo ‘conflitos’, nessa frase, exerce a função de objeto direto.

- E) “constitucionais”, em “a polícia militar, além de suas atribuições constitucionais, desempenha várias outras atribuições” (terceiro parágrafo).

CERTO. O termo ‘constitucionais’, nessa frase, exerce a função de adjunto adnominal, determinando o substantivo ‘atribuições’.

O gabarito, portanto, é a letra E.

Gabarito: E

14. No texto 1A2-I, funciona como adjunto adverbial o termo

- A) “ostensiva”, em “mostrando sua presença ostensiva” (primeiro parágrafo).
- B) “administrativas”, em “coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas” (segundo parágrafo).
- C) “segurança”, em “gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia” (terceiro parágrafo).
- D) “direta”, em “a polícia militar (...) desempenha várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influenciam no cotidiano das pessoas” (terceiro parágrafo).
- E) “anseia”, em “gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia” (terceiro parágrafo).

COMENTÁRIO:

Mais uma belíssima questão de análise sintática. Vamos à análise.

- A) “ostensiva”, em “mostrando sua presença ostensiva” (primeiro parágrafo).

ERRADO. O termo ‘ostensiva’, no feminino, jamais seria adjunto adverbial. Além disso, está ligado ao nome ‘presença’. Temos um adjunto adnominal.

- B) “administrativas”, em “coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas” (segundo parágrafo).

ERRADO. O termo ‘administrativas’, no feminino, jamais seria adjunto adverbial. Além disso, está ligado ao nome ‘infrações’. Temos um adjunto adnominal.

- C) “segurança”, em “gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia” (terceiro parágrafo).

ERRADO. O termo ‘segurança’ é o núcleo do adjunto adnominal ‘de segurança’.

- D) “direta”, em “a polícia militar (...) desempenha várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influenciam no cotidiano das pessoas” (terceiro parágrafo).

Eis o gabarito. A expressão ‘direta e indiretamente’ funciona como adjunto adverbial de modo. Ela reflete como as atribuições influenciam no cotidiano das pessoas.

- E) “anseia”, em “gerando a sensação de segurança que a comunidade anseia” (terceiro parágrafo).

ERRADO. ‘Anseia’ é um verbo. Fim.

O gabarito, portanto, é a letra D.

Gabarito: D

15. Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto 1A2-I: “Nos dias atuais, a polícia militar, além de suas atribuições constitucionais, desempenha várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influenciam no cotidiano das pessoas” (terceiro parágrafo). Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém a correção gramatical e o sentido do texto.

- A) Nos dias atuais, a polícia militar desempenha além de suas atribuições constitucionais, várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influenciam no cotidiano das pessoas
- B) A polícia militar, nos dias atuais, desempenha, além de suas atribuições constitucionais, várias outras atribuições que influenciam, direta ou indiretamente, no cotidiano das pessoas
- C) Além de suas atribuições constitucionais nos dias atuais, a polícia militar, desempenha várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influencia no cotidiano das pessoas
- D) Nos dias atuais, além de suas atribuições constitucionais, desempenham várias outras atribuições à polícia militar, que, direta ou indiretamente, influencia no cotidiano das pessoas
- E) A polícia militar nos dias atuais, além de suas atribuições constitucionais, desempenham várias outras atribuições que influenciam no cotidiano das pessoas direta ou indiretamente

COMENTÁRIO:

A presente questão cobra conhecimentos de reescrita.

Vamos às alternativas:

B) A polícia militar, nos dias atuais, desempenha, além de suas atribuições constitucionais, várias outras atribuições que influenciam, direta ou indiretamente, no cotidiano das pessoas.

Essa reescrita preserva a correção gramatical e o sentido original, pois mantém a estrutura do período de forma clara e coesa. A pontuação é empregada adequadamente para destacar o adjunto adverbial deslocado (“nos dias atuais”) e a expressão de acréscimo (“além de suas atribuições constitucionais”). Além disso, o tempo verbal está correto, garantindo a concordância entre “influenciam” e “atribuições”. Eis o nosso gabarito.

Vamos aos erros das outras alternativas:

A) Nos dias atuais, a polícia militar desempenha além de suas atribuições constitucionais, várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influenciam no cotidiano das pessoas

ERRADO. Falta uma vírgula antes de “além” para isolar a expressão que se encontra entre o verbo e o complemento.

C) Além de suas atribuições constitucionais nos dias atuais, a polícia militar, desempenha várias outras atribuições que, direta ou indiretamente, influencia no cotidiano das pessoas

ERRADO. Falta uma vírgula após ‘constitucionais’. Além disso, o verbo ‘influencia’, no singular, não foi empregado corretamente. Ele deveria concordar com ‘atribuições’, no plural.

D) Nos dias atuais, além de suas atribuições constitucionais, desempenham várias outras atribuições à polícia militar, que, direta ou indiretamente, influencia no cotidiano das pessoas

ERRADO. O verbo 'desempenham' está no plural, mas o sujeito 'a polícia militar' está no singular. Além disso, a expressão 'à polícia militar' não faz sentido no contexto.

E) A polícia militar nos dias atuais, além de suas atribuições constitucionais, desempenham várias outras atribuições que influenciam no cotidiano das pessoas direta ou indiretamente

ERRADO. É incorreto o não isolamento da expressão 'nos dias atuais'. Além disso, a 'polícia... desempenham' também é errado quanto à concordância.

O gabarito é, de fato, a letra B.

Gabarito: B

Texto 1A2-II

Ainda na véspera eram seis viventes, contando com o papagaio. Coitado, morrera na areia do rio, onde haviam descansado, a beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. A cachorra Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disto. Agora, enquanto parava, dirigia as pupilas brilhantes aos objetos familiares, estranhava não ver sobre o baú de folha a gaiola pequena onde a ave se equilibrava mal. Fabiano também às vezes sentia falta dele, mas logo a recordação chegava. Tinha andado a procurar raízes, à toa: o resto da farinha acabara, não se ouvia um berro de rês perdida na caatinga. Sinha Vitória, queimando o assento no chão, as mãos cruzadas segurando os joelhos ossudos, pensava em acontecimentos antigos que não se relacionavam: festas de casamento, vaquejadas, novenas, tudo numa confusão. Despertara-a um grito áspero, vira de perto a realidade e o papagaio, que andava furioso, com os pés apalhetados, numa atitude ridícula. Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. Não podia deixar de ser mudo. Ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas. O louro aboiava, tangendo um gado inexistente, e latia arremedando a cachorra.

As manchas dos juazeiros tornaram a aparecer, Fabiano aligeirou o passo, esqueceu a fome, a canseira e os ferimentos. As alpercatas dele estavam gastas nos saltos, e a embira tinha-lhe aberto entre os dedos rachaduras muito dolorosas. Os calcanhares, duros como cascos, gretavam-se e sangravam.

Num cotovelo do caminho, avistou um canto de cerca, encheu-o a esperança de achar comida, sentiu desejo de cantar. A voz saiu-lhe rouca, medonha. Calou-se para não estragar a força.

Deixaram a margem do rio, acompanharam a cerca, subiram uma ladeira, chegaram aos juazeiros. Fazia tempo que não viam sombra.

Graciliano Ramos. *Vidas secas*. 107.^a edição (com adaptações).

16. Infere-se do texto 1A2-II que

- A) a cachorra Baleia matou o papagaio para aproveitá-lo como alimento.
- B) a fome fez Fabiano esquecer-se dos outros viventes à beira do rio.
- C) Sinha Vitória sentia tanta fome que não conseguia lembrar-se de alguns fatos passados de sua vida.
- D) o papagaio sabia imitar o latido da Baleia.
- E) Fabiano levava o gado para pastar perto do rio.

COMENTÁRIO:

O texto menciona que o papagaio aboiava (como se tangesse um gado inexistente) e latia, imitando a cachorra. Esse detalhe é fundamental para demonstrar como os animais e os humanos naquele ambiente árido e hostil acabavam assimilando comportamentos uns dos outros. Assim, temos nosso gabarito na alternativa D.

Observe os erros das outras:

- A) O papagaio morreu de fome, e depois Baleia comeu seus restos, mas não foi ela quem o matou.
- B) Fabiano não esqueceu os outros retirantes; ele apenas concentrou-se na busca por comida.
- C) Sinha Vitória conseguia lembrar-se de fatos passados, mas de maneira confusa, não por falta de memória, e sim pelo estado de desorientação causado pela miséria.
- E) Não há menção de Fabiano pastoreando gado perto do rio; ao contrário, o texto destaca que não havia mais animais para conduzir.

Gabarito: D

17. No texto 1A2-II, o segmento “como cascos”, em “Os calcanhares, duros como cascos, gretavam-se e sangravam” (segundo parágrafo), expressa uma

- A) causa.
- B) comparação.
- C) consequência.
- D) conclusão.
- E) concessão.

COMENTÁRIO:

A questão aborda o tema conjunções.

A expressão “duros como cascos” compara a condição dos calcanhares de Fabiano, que estavam ressecados e endurecidos pelo sofrimento e pela caminhada, aos cascos de um animal. A conjunção “como” é um conectivo que indica de comparação, logo, o gabarito é B.

Gabarito: B

18. No texto 1A2-II, a forma pronominal “o”, em “encheu-o” (terceiro parágrafo), retoma o termo

- A) “Fabiano” (segundo parágrafo).
- B) “passo” (segundo parágrafo).
- C) “cotovelo” (terceiro parágrafo).
- D) “caminho” (terceiro parágrafo).
- E) “canto” (terceiro parágrafo).

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra conhecimentos de pronomes.

“Num cotovelo do caminho, avistou um canto de cerca, encheu-o a esperança de achar comida, sentiu desejo de cantar.”

Aqui, o pronome “o” em “encheu-o” retoma Fabiano, pois foi ele quem foi tomado pela esperança ao avistar o canto da cerca, portanto, o gabarito é A.

Gabarito: A

19. De acordo com o texto 1A2-II, após a morte do papagaio, Fabiano e sua família

- A) criaram coragem para seguir viagem.
- B) arreponderam-se de ter comido a ave.
- C) deixaram de sentir fome.
- D) sentiram-se mais felizes.
- E) passaram a falar ainda menos que já falavam.

COMENTÁRIO:

O texto afirma que, depois do desastre da fome e da morte do papagaio, a família vivia cada vez mais calada, soltando apenas “palavras curtas”. Isso mostra que o impacto da miséria levou a um maior isolamento e silêncio entre eles, logo, o gabarito é E.

Destaquemos os erros das demais:

- A) Eles continuaram a jornada, mas não houve menção a um ganho de coragem motivado pela morte do papagaio.
- B) O texto não sugere arrependimento por terem comido o papagaio; foi a fome que os forçou a isso.
- C) Não há indícios de que tenham deixado de sentir fome; pelo contrário, a fome continuava presente.
- D) Eles não ficaram mais felizes com a morte do papagaio, mas sim mais silenciosos e resignados.

Gabarito: E

20. No texto 1A2-II, a forma pronominal “isto” presente na contração “disto”, em “não guardava lembrança disto” (primeiro parágrafo), refere-se

- A) ao fato de, no início, serem seis viventes.
- B) à morte do papagaio na beira do rio.
- C) ao fato de Baleia ter comido os restos do papagaio.
- D) à fome dos retirantes.
- E) ao fato de os retirantes terem sentado à beira de uma poça.

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra conhecimentos de pronomes.

O trecho completo do texto diz:

"A cachorra Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disto."

A forma pronominal “isto”, presente na contração “disto”, refere-se ao fato de que **Baleia devorou os restos do papagaio**, mas **não tinha consciência de ter realizado isso**. Ou seja, a fome extrema fez com que ela comesse o papagaio sem sequer lembrar do ocorrido, portanto, a resposta é C.

Gabarito: C

ATUALIDADES E CONHECIMENTOS ACERCA DO ESTADO DO TOCANTINS

21. A figura que segue mostra uma parte da praça dos girassóis, em Palmas, com destaque para o Palácio do Araguaia. O X na imagem marca o centro da rosa dos ventos que se encontra no chão da praça para demarcar, nesse local, a centralidade geodésica do Brasil. A praça também possui referências aos indígenas e aos contextos históricos e culturais do Tocantins.



Internet: <conexaoto.com.br> (com adaptações).

O local marcado pelo X mencionado no texto e mostrado na figura

- A) marca as coordenadas geográficas existentes no Estado.
- B) marca o ponto altimétrico mais culminante do estado do Tocantins.
- C) simboliza o planejamento urbano da cidade de Palmas.
- D) demarca geometricamente o centro do país na praça dos girassóis.
- E) mostra o mapeamento dos pontos cardeais das cidades tocantinenses no mapa.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é D, pois admite-se que em Palmas fica o centro geodésico do país, ou seja, a Praça dos Girassóis está precisamente entre o oceano Atlântico e o Pacífico. A representação do ponto está no hall de entrada do Palácio do Araguaia, sede do governo de Tocantins.

Há uma rosa dos ventos inscrita com uso de **grafismos indígenas** das etnias Apinajé, Krahô e Xambioá. No centro da rosa foi colocado em 2000, o “Monumento à Bíblia”



INCORRETAS:

A, C E E ESTÃO INCORRETAS, pois o **X** marca o centro geodésico e **B**, pois o ponto culminante de Tocantins é a serra de Traíras com 1340 m de altitude.

Gabarito: D

22. Usar máscara é o mínimo que se pode fazer no meio de uma pandemia, mas não é difícil encontrar pessoas que estão desrespeitando as recomendações dos especialistas, mesmo com os números mostrando que a covid-19 está longe de ir embora. No estado do Tocantins, os casos da doença passaram de 66 mil e a taxa de incidência chegou a níveis alarmantes.

Internet: <g1.globo.com>, 29/9/2020 (com adaptações).

O texto precedente refere-se

- A) ao consenso geral de que é alarmante o contexto da covid-19 no estado do Tocantins.
- B) a um alerta quanto ao crescimento dos casos de covid-19 no estado do Tocantins.
- C) à esperança da população em se vacinar contra o novo coronavírus.
- D) ao isolamento social como uma solução simples de prevenção da covid-19.
- E) à contenção da pandemia de covid-19 após o início da vacinação.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é A, pois essa questão foi essencialmente de interpretação de texto, uma vez que trata de “o mínimo que se pode fazer”, de modo que sugere que é consenso que o quadro geral foi alarmante.

Gabarito: A

23. As dificuldades de acesso à região sul do estado de Goiás enfrentadas pelos habitantes do norte do estado os levaram a estabelecer vínculos comerciais mais fortes com os estados do Maranhão e do Pará, o que sedimentou cada vez mais as diferenças entre sul e norte e criou o anseio separatista desde a primeira metade do século XIX.

Internet: <dominiopublico.gov.br> (com adaptações).

O texto precedente refere-se ao movimento separatista que

- A) criou governos autônomos em Cavalcante e, posteriormente, em Natividade, na região norte do atual estado do Tocantins, na primeira metade do século XIX.
- B) instaurou o governo provinciano de Boa Vista do Tocantins, aprovado pela maioria do Império na segunda metade do século XIX.
- C) escreveu o Manifesto à Nação, assinado pelo então juiz de direito do Porto Nacional e por todos os representantes das comarcas goianas do norte e do sul.

- D) acabou por perder força política para formar uma organização governamental na parte de Goiás que, posteriormente, integrou-se ao estado do Tocantins.
- E) promulgou um governo autônomo que envolvia toda a parte norte do estado de Goiás e perdurou até o Projeto de Redivisão da Amazônia Legal.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é A, pois o movimento autonomista do Norte de Goiás, no contexto do processo de independência do Brasil, foi liderado pelo português Teotônio Segurado. A independência da Província de Palmas foi proclamada em 15 de setembro de 1821 e durou até 1823. Não pretendiam se separar de Portugal, somente emancipar o norte de Goiás, com sede em Cavalcante e depois em Natividade.

Emancipou a **Comarca de São João da Palma**, criada por Dom João VI em 1809, cuja sede seria construída entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, com o nome de São João das duas Barras, enquanto a sede provisória seria Natividade.

INCORRETAS:

B, pois declarou independente a província de São João da Palma, com sede em Natividade. No contexto, Teotônio Segurado estava em Portugal representando o Brasil nas Cortes de Lisboa e era contra a independência do Brasil. Em 1823, Dom Pedro I ordenou a manutenção da unidade da Província de Goiás e na Constituição de 1824 o território permaneceu unido.

C, pois após a emancipação de 1821, cinquenta e dois anos depois, foi proposta a criação da Província de Boa Vista do Tocantins, projeto não aceito pela maioria dos parlamentares do Império. O juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional elaborou e divulgou um "Manifesto à Nação", assinado por habitantes do norte, retomando a ideia da criação de um novo estado.

D, pois perdeu força política, pois o Brasil tornou-se independente e Dom Pedro I ordenou a restauração do território de Goiás.

E, pois o governo autônomo durou entre 1821 e 1822. Em 1822, foi apresentado para o Parlamento o Projeto de Redivisão da Amazônia Legal, em que constava a criação do estado de Tocantins, que foi aprovada pelo Congresso Constituinte.

Obs.: Movimento separatista é o nome usado para movimentos que queriam se separar da metrópole; Usamos o termo autonomista para movimentos de emancipação como o de 1821-1823, que queria se emancipar de Goiás e manter o vínculo com Portugal. A banca chamou de separatista, mas não interferiu na resolução.

Gabarito: A

24. O produto interno bruto (PIB) de 2018 do estado do Tocantins atingiu o valor de 35,67 bilhões de reais e apresentou crescimento em volume de 2,1% em relação ao ano anterior. Conforme divulgação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado alcançado em 2018 representou, em valores correntes, um incremento de 1,56 bilhão de reais à economia tocantinense, em comparação com 2017, ano em que o PIB do estado foi de 34,11 bilhões de reais.

Internet: <secom.to.gov.br> (com adaptações).

Considerando-se as informações anteriores e a atual economia do estado do Tocantins, é correto afirmar que o crescimento do PIB do Tocantins está relacionado principalmente ao

- A) setor secundário da economia, que, na última década, teve a variação mais positiva no conjunto econômico do estado.
- B) setor terciário da economia, devido aos serviços voltados para a administração pública.
- C) incremento da agricultura irrigada, com destaque para o algodão herbáceo em todo o norte do estado.
- D) cultivo da agropecuária, com destaque para os produtos da policultura voltados para exportação.
- E) desempenho da agricultura e do ramo de serviços, que se destacaram no crescimento econômico.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é a E, pois o crescimento do PIB está relacionado ao desempenho da agricultura, a principal atividade econômica de Tocantins, e dos serviços, que são os maiores valores adicionados ao PIB, por volta de 70%, e é no setor terciário que atua a maior parte da população economicamente ativa, **PEA**, principalmente na informalidade.

Em setembro de 2024, foi publicado pela Secretaria de Comunicação que o PIB do segundo trimestre cresceu 1,4% em relação a 2023, puxado pela indústria e serviços, enquanto no período ocorreu retração da agropecuária. O crescimento da indústria está relacionado ao crescimento das atividades ligadas à eletricidade, gás, água, esgoto, gestão de resíduos, construção e indústrias de transformação. Nos Serviços, houve altas em atividades financeiras, de seguros, informação e comunicação, comércio, transporte, armazenagem e correio.

INCORRETAS:

A, pois as principais variações positivas em valores foram no setor terciário, pois é o setor que adiciona mais valores ao PIB.

B, pois apesar de ser o setor terciário, as atividades comerciais e serviços financeiros cresceram mais do que a administração pública.

C, pois foi a agricultura, e os principais produtos são a soja, o milho e o arroz. O cultivo de algodão vem crescendo a cada ano e as maiores produções são nos municípios de Dianópolis, Campos Lindos, Tocantínia e Nova Rosalândia.

D, pois os destaques são monoculturas de commodities para exportação, enquanto atribui-se a agricultura familiar à policultura, variados cultivos alimentares em pequenas e médias propriedades, por exemplo, a mandioca e o feijão, além de cultivos de subsistência de arroz e milho.

Gabarito: E

25. Palmas tem chuva mais forte do ano e previsão de mais chuva para o fim de semana

Quem presenciou a chuva forte que caiu nesta quinta-feira na capital se surpreendeu com o volume de água. Há quem arrisque dizer que nunca tinha visto uma chuvarada tão forte. É o caso do chefe de cozinha Eduardo Zonta, cujo restaurante foi invadido pela enxurrada.

Internet: <www.cbntocantins.com.br> (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto sobre fortes chuvas observadas na capital Palmas, assinale a opção correta.

- A) A quinta-feira referida é de uma das semanas do mês de julho, período em que as chuvas sempre caem torrenciais no estado do Tocantins.
- B) O mais provável é que esse grande volume de chuva seja de uma quinta-feira de um dos meses do verão tocantinense.
- C) A “chuvarada” tão forte é própria do clima do estado de Tocantins porque o estado está sob a influência do clima do Amazonas.
- D) Esse tipo de chuva torrencial é raridade em um estado dominado pelas secas constantes e, muitas vezes, de extensão anual.
- E) No verão as chuvas no estado são mais volumosas, mas, como são muito bem distribuídas, essa “chuvarada” acontece com frequência no inverno.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é a B, pois o tipo climático predominante é o **tropical típico**, classificado por Köppen como clima **tropical de savana Aw** (A,tropical, w,duas estações definidas com verão chuvoso).

Tocantins tem dois tipos climáticos, o clima **de savana (Aw)**, que inclui a cidade de Palmas, e o clima **tropical de monção (Am)**, presente em uma pequena parte no norte do estado. Palmas possui uma precipitação média anual compreendida entre 1.700 e 1.900 mm, com chuvas concentradas entre novembro e março.

INCORRETAS:

- A, pois julho é inverno, a estação seca.
- C, uma pequena parte no noroeste é domínio amazônico com clima de monção.
- D, chuvas torrenciais são fortes, comuns no verão.
- E, pois o inverno é a estação seca.

Gabarito: B

26. A região hidrográfica Tocantins-Araguaia, incluída entre outras regiões hidrográficas na figura a seguir, corresponde a 10,8% do território brasileiro, abrangendo os estados de Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Mato Grosso e o Distrito Federal.



Internet: <pt.wikipedia.org> (com adaptações).

No estado do Tocantins, a região hidrográfica Tocantins-Araguaia

- A) divide o estado em duas sub-bacias, a do rio Tocantins e a do rio Araguaia, os quais correm de sul para norte, sendo a bacia do rio Tocantins a maior do estado.
- B) está totalmente contida na bacia do Tocantins, que é a segunda maior bacia do Brasil em dimensão e vazão de água, atrás apenas da bacia amazônica.
- C) divide o estado em duas sub-bacias, a do rio Tocantins e a do rio Araguaia, os quais correm de norte para sul, sendo a bacia do Araguaia a maior do estado.

- D) está totalmente contida na bacia do rio Tocantins, mas, por fazer fronteira com muitas outras bacias, possui uma drenagem de escoamento para o interior do continente.
- E) é a única bacia que envolve a totalidade de um estado em seu interior, fazendo a totalidade da drenagem do Tocantins pelos rios que a compõem.

COMENTÁRIO:

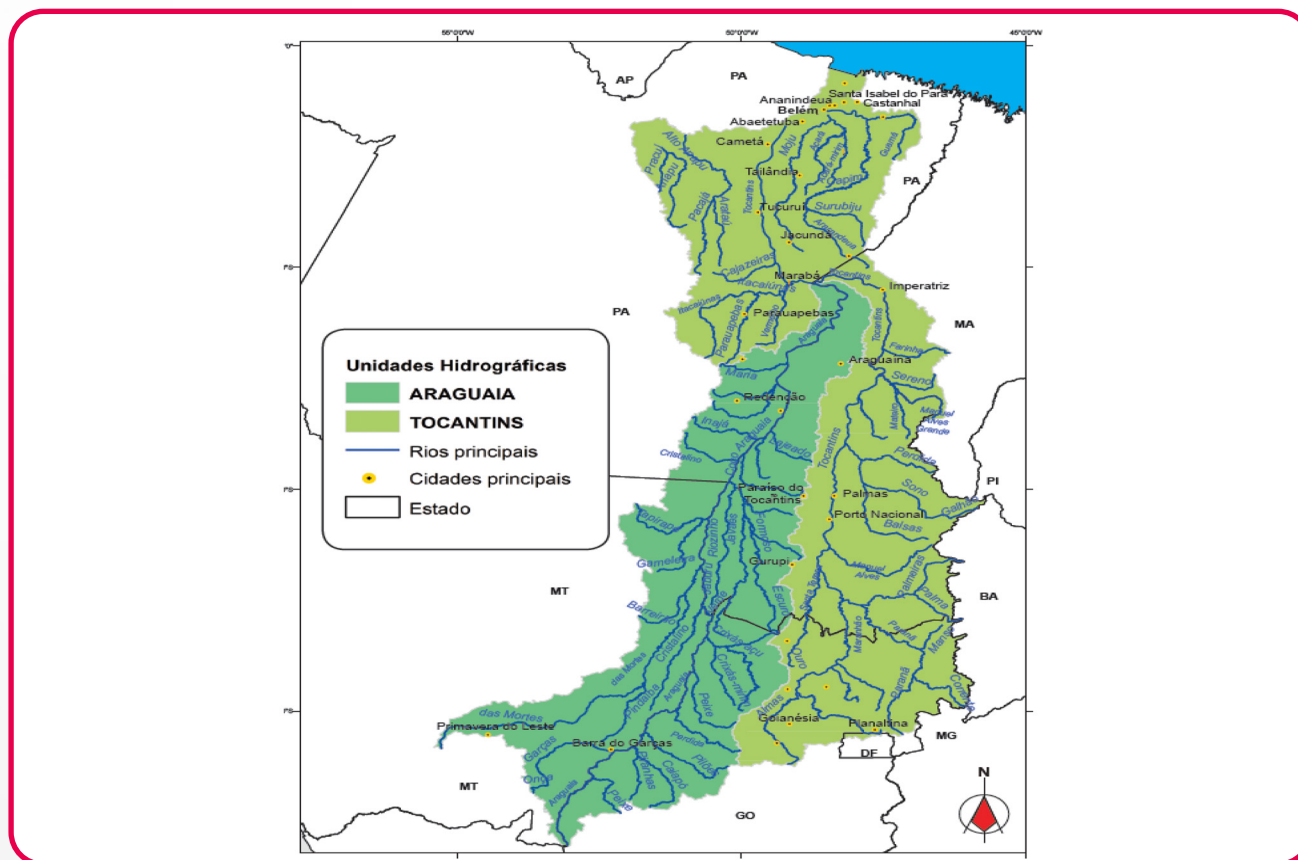
A alternativa correta é A, pois os rios Tocantins e Araguaia correm do sul para o norte e confluem no norte do estado formando o “Bico do Papagaio”. O sistema hidrográfico do Araguaia ocupa 37,7% do território estadual e o sistema hidrográfico do Tocantins ocupa 62,3% da superfície do Estado.

INCORRETAS:

B e D, pois são duas sub-bacias.

C, pois a maior bacia é a do Tocantins.

E, incorreta, pois não é a única que tem todo um estado em seu interior, pois, por exemplo, todo Amazonas, Acre, Rondônia, RR, AP e PA estão integralmente na bacia do Amazonas.



Fonte Agência Nacional de Águas

Gabarito: A

27. O governador reeleito do Tocantins tomou posse em 1.º de janeiro de 2018, para seu segundo mandato. Ele deve ficar no comando do Palácio Araguaia até o dia 31 de dezembro de 2022. No estado, criado em 1988, sete políticos já ocuparam a função de governador ao longo da história.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Com relação ao percurso histórico dos governos tocantinenses, assinale a opção correta.

- A) Desde 1988 ocorrem eleições democráticas no estado, sem ter havido interrupções de mandatos.
- B) Dois mandatos de políticos do estado foram interrompidos por renúncia.
- C) A interrupção de mandatos aconteceu duas vezes no estado, motivada por cassações.
- D) Devido a renúncias e cassações, quatro dos governadores do estado assumiram sem eleição direta.
- E) Metade dos mandatos de governador do estado foi interrompida, tendo assumido os vices.

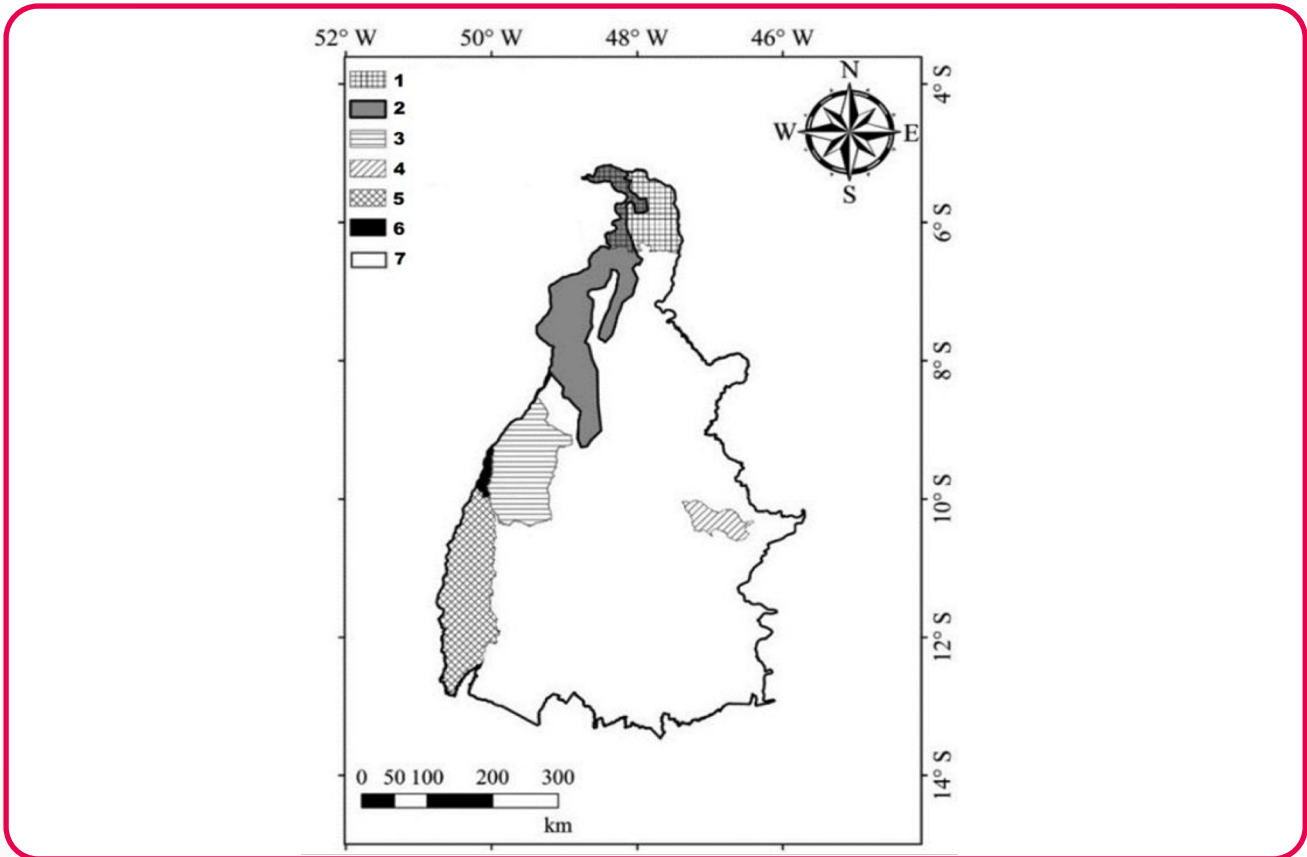
COMENTÁRIO:

Devido a renúncias e cassações, quatro dos governadores do estado assumiram sem eleição direta: dois após as duas renúncias de Siqueira Campos e dois após as duas cassações de Marcelo Miranda. A questão foi anulada pela banca, pois há mais de uma resposta correta, pelo exposto, as alternativas A, C e D são válidas.

Raimundo Nonato Pires dos Santos (1991), conhecido como Raimundo Boi, assumiu após a primeira renúncia de Siqueira Campos. Carlos Henrique Gaguim (2009-2010) assumiu após a cassação de Marcelo Miranda. Sandoval Cardoso (2014) tomou posse após a segunda renúncia de Siqueira Campos por motivos de saúde. Mauro Carlesse (2018) assumiu inicialmente após a cassação de Marcelo Miranda pelo TSE.

Gabarito: anulada

28. A próxima imagem consiste no mapa da localização dos biomas e das principais regiões ecológicas do estado do Tocantins.



Internet: <scielo.br> (com adaptações).

Com relação às regiões demarcadas no mapa apresentado, assinale a opção correta.

- A) A região 1 é o Bico do Papagaio, que possui predominância arbustiva do bioma amazônico.
- B) A região 2 caracteriza-se por formação florestada classificada como bioma amazônico.
- C) A região 3 é classificada como uma zona de cerrado com uma densa formação florestada.
- D) A região 4 corresponde à Ilha do Bananal, de paisagem árida e rasteira e com predominância de cerrado.
- E) A região 5 possui elementos herbáceos similares aos campos de alagamento do pantanal.

COMENTÁRIO:

A alternativa correta é a B, pois há dois biomas principais em Tocantins, o Cerrado e suas variações fisionômicas e na Noroeste, na região 2, há floresta amazônica.

INCORRETAS:

- A**, pois o Bico do Papagaio é na região 2, no domínio amazônico.
- C**, pois a região 3 é uma região de cerrados e florestas de galeria, vegetação de cerrado arbóreo nas margens de rios afluentes de pequeno porte.
- D**, pois a Ilha do Bananal é na região 5.
- E**, pois a Ilha do Bananal tem fauna similar, mas são domínios distintos. O Pantanal é uma planície de inundação com vegetação complexa e campestre, e a Ilha do Bananal é uma vegetação de florestas de cerrado em transição para a Amazônia.

Gabarito: B

29. O estado do Tocantins está dividido em duas mesorregiões e oito microrregiões, sendo cinco microrregiões pertencentes à mesorregião ocidental e três pertencentes à mesorregião oriental. A microrregião geográfica de Araguaína está localizada na porção norte do estado e pertence à mesorregião ocidental do Tocantins. Possui uma área de 26.000 km² e uma população estimada em 260.498 habitantes, sendo composta por 17 municípios, entre os quais se inclui o de Araguaína.

Internet: <observatorium.ig.ufu.br> (com adaptações).

Com relação à microrregião geográfica de Araguaína, citada no texto anterior, é correto afirmar que a sua economia

- A)** ganhou importância devido à expansão e à consolidação da pecuária na região, o que resultou no aparecimento de pequenos núcleos urbanos.
- B)** está em retração, por ser pautada na agricultura de subsistência e nos serviços da administração pública.
- C)** é pautada na pecuária extensiva, por isso, mesmo nos maiores municípios, a população se concentra no campo.
- D)** concentra-se na agricultura e no setor industrial, atividades das quais provém a maior parte do PIB da região.
- E)** apresenta crescimento limitado ao município de Araguaína, enquanto os demais municípios possuem economia rural.

COMENTÁRIO:

Tocantins foi dividido geograficamente pelo IBGE em duas mesorregiões, a **Ocidental de Tocantins**, dividida em microrregiões do Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema, Rio Formoso e Gurupi, e a mesorregião **Ocidental de Tocantins**, dividida nas microrregiões de Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis.

A Microrregião Geográfica de Araguaína está localizada na porção norte do estado e pertence à mesorregião Ocidental do Tocantins. Possui uma área de 26.000 km² e uma população estimada em 260.498 habitantes.

A Microrregião de Araguaína é composta por 17 municípios e é a segunda cidade mais importante de Tocantins, e o principal indutor de crescimento da microrregião tem na pecuária o elemento fundamental de sua produção socioeconômica, relacionada, sobretudo a sua ocupação por meio da expansão da fronteira agrícola da região norte do país, induzida pela construção da BR-153.

INCORRETAS:

B, pois é uma cidade que exerce grande influência regional e sua economia cresce baseada nas grandes propriedades e pecuaristas.

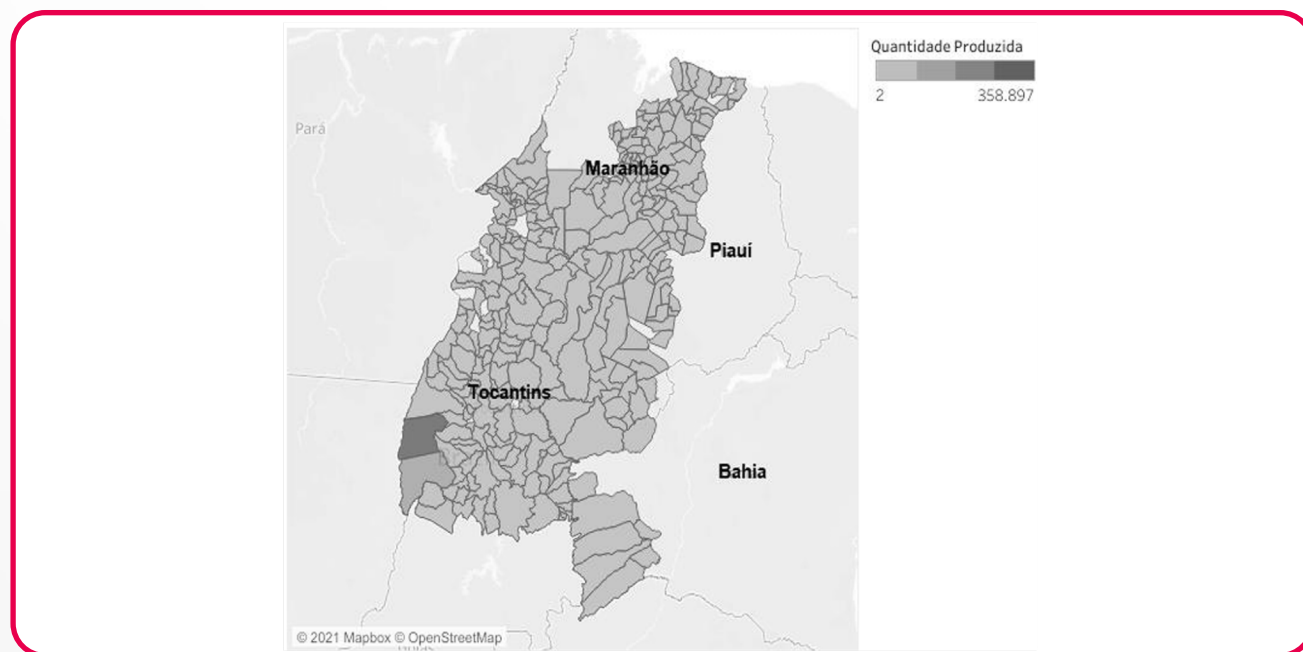
C, pois a maior parte da população de Tocantins, de Araguaína e de sua microrregião é predominantemente urbana.

D, pois a economia é pautada na pecuária extensiva.

E, pois a cidade é a principal em sua região de influência e é o indutor do desenvolvimento de outras cidades como Guaraí, Colinas do Tocantins e Tocantinópolis.

Gabarito: A

30.



Internet: <www.embrapa.br>.

Matopiba é uma região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 80 do século passado, especialmente no cultivo de grãos. O nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados (MA + TO + PI + BA).

Internet: <www.embrapa.br> (com adaptações).

As manchas no mapa do Matopiba referem-se à produção de um grão que ocorre em praticamente todos os municípios do Tocantins. Esse grão é o trigo.

- A) sorgo.
- B) arroz.
- C) amendoim.
- D) girassol.

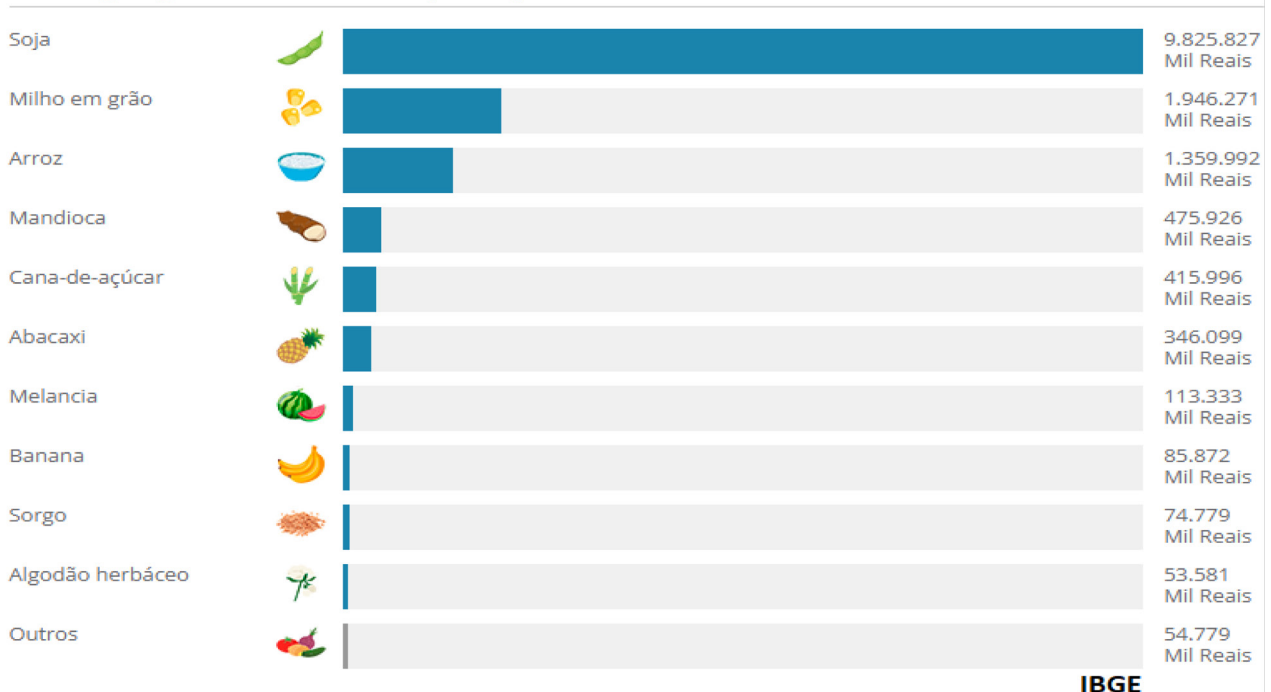
COMENTÁRIO:

A alternativa correta é C, pois o arroz é um grão produzido tradicionalmente no Tocantins.

Incorretas:

- A, pois o trigo é um cultivo subtropical, produzido especialmente na região Sul.
- B, pois o sorgo não é um grão tradicional e a produção de arroz é por volta de dezoito vezes maior.
- D, pois o amendoim não está entre os principais produtos do estado.
- E, pois o girassol não está entre os principais produtos do estado.

Ranking - Agricultura - Valor da produção (2023)



Gabarito: C

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31. Determinado usuário no Linux deseja verificar a quantidade de espaço no disco rígido em sua máquina para conseguir gravar outros arquivos.

Considerando essa informação, assinale a opção que apresenta o comando correto a ser utilizado para esse fim.

- A) df - h
- B) ls -free
- C) space /
- D) file -space
- E) size -f

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre o Linux.

Candidato, o que nos interessa é o comando para verificar espaço em disco. A princípio, vamos tentar resolver como se não soubéssemos nada.

A letra E fala em “size”, que, do inglês, pode significar tamanho, dimensão. Entendemos que não tem relação com “espaço em disco”. A letra D pontua “file”, que pode significar o tipo de arquivo.

A letra B fala em “ls”, que, de primeira análise, não conseguiríamos pensar em nenhuma relação como “espaço em disco”, ficaríamos no escuro aqui. Um candidato poderia chutar lista (list), mostrando/listando conteúdo de um diretório.

Fazendo essa análise, restariam-nos as letras A e C. Com certeza, um candidato que não domina os conhecimentos de Linux e que precisa chutar de forma inteligente iria de C, correlacionado “space” com “espaço” em disco. E não tem problema se você pensou assim, a sua lógica foi coerente.

Todavia, não existe esse comando no Linux e, portanto, a resposta está na letra A, “df-h”, que significa *disk free*. Veja que, sabendo o significado, ficaria bem tranquilo resolvermos a questão.

Mas é isso, candidato, infelizmente, temos uma questão decoreba. Seguem-se os comandos:

- df - h → exibe informações sobre o uso do espaço em disco, e a opção -h (human-readable) formata os números em unidades legíveis para humanos, como kb, mb ou gb.
- ls -free → listar arquivos.
- space / → não existe no linux.
- file -space → identifica o tipo de arquivos.
- size -f → identifica o tamanho do arquivo.





Nesse contexto, o gabarito preliminar foi a letra A. No entanto, a banca resolveu anular a questão com a seguinte justificativa:

“O espaço no comando contido na opção correta a tornou errada. Sendo assim, não há, entre as opções disponíveis, resposta para a questão.”

Assim, o correto seria “df -h”, e não “df - h”. De qualquer forma, entenda os comandos supra, eles costumam aparecer bastante em provas.

Gabarito: A

	A	B
1	1	2
2	3	1
3	2	5

32. Considere que a planilha acima esteja sendo editada no Microsoft Excel, em português, com sistema Windows, e que na célula A4 contenha a seguinte fórmula =SOMA (\$A1+A2+A\$3). Considere, ainda, que um usuário tenha selecionado a célula A4 e clicado simultaneamente as teclas  e  e, em seguida, selecionado a célula B4 e clicado simultaneamente as teclas  e . Nesse caso, o resultado a ser apresentado na célula B4 será

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 5.
- E) 4.

COMENTÁRIO:

Trata-se de uma questão que versa sobre o Excel.

Questão malfeita em que ficou faltando o parêntese inicial na fórmula, portanto foi anulada no gabarito definitivo. De todo modo, vamos respondê-la como se estivesse com a sintaxe correta:

$$= \text{SOMA} (\$A1 + A2 + A\$3)$$

O símbolo “\$” fixa a coluna e/ou a linha. No caso de \$A1, fixa-se a coluna “A”, mas a linha “1” fica livre. No caso de A\$3, fixa-se a linha “3”, mas a coluna “A” fica livre. O resultado dessa função é o seguinte:

$$= \text{SOMA} (1+3+2)$$

$$= 6$$

O número que aparecerá na célula A4 será 6. Quando o usuário copia essa célula (Ctrl + C) e cola na célula B4 (Ctrl + V), ele copia a função de forma ajustada e respeitando o que foi fixado. Dessa forma, a função, na célula B4, será:

$$= \text{SOMA} (\$A1 + B2 + B\$3)$$

$$= \text{SOMA} (1 + 1 + 5)$$

$$= 7$$

Assim, o gabarito preliminar foi a letra B, no entanto, como pontuamos anteriormente, ela foi anulada.

Gabarito: Anulada

33. Soluções de software que permitem a edição de texto online na Internet sem a necessidade de instalar o aplicativo na máquina do usuário, como o Microsoft Office 365 e Documentos Google, são exemplos de SaaS (software como serviço). O SaaS é um tipo de serviço

- A) das redes sociais.
- B) de intranet.
- C) da cloud computing.
- D) de grupos de discussão.
- E) de sistemas operacionais Internet.

COMENTÁRIO:

Trata-se de uma questão que versa sobre *Cloud Computing*.

A princípio, levando-se em consideração o contexto da questão, faz-se pertinente que você, caro aluno, entenda os seguintes conceitos, relacionados aos três principais modelos de serviços de *cloud* (nuvem):

- Infraestrutura como um serviço (IaaS);
- Plataforma como um serviço (PaaS);
- Software como um serviço (SaaS).

Resumidamente, o modelo IaaS oferece o aparato físico/armazenamento de dados. O modelo PaaS fornece um ambiente/plataforma para que seja possível o desenvolvimento de softwares. Por fim, o SaaS é o serviço mais próximo do usuário, sendo o próprio software fornecido ao usuário, onde ele vai interagir. Nesse nível, ele pode utilizar o Google Drive, o One Drive, Dropbox, Gmail, Facebook, entre outros.

Assim, a nossa resposta só pode ser a letra C, SaaS, o qual, de fato, representa um software de computação em nuvem. As demais alternativas são completamente fora de contexto e, portanto, estão erradas.

Gabarito: C

34. Considere que, em uma máquina com Windows 10, na raiz da pasta Files, em F:\Backup\Files, havia dois arquivos, um .xlsx e um .docx, e que, na pasta F:\Backup\Files\Home, havia dois arquivos de imagem, um .jpeg e um .gif. Considere, ainda, que um usuário tenha movido o subdiretório Files em F: para a biblioteca de imagens do usuário em C:\Users\Adm\Images. Nesse caso, considerando-se que nos drives C: e F: havia **espaço livre** para efetuar as operações descritas, é correto afirmar que foram movidos

- A) todos os 4 arquivos, ficando todos na raiz de Files, da seguinte forma: C:\Users\Adm\Images\Files.
- B) apenas os 2 arquivos de imagem e o subdiretório Home, ficando todos estes na raiz de Home, da seguinte forma: C:\Users\Adm\Images\Files\Home.
- C) apenas os 2 arquivos de imagem, ficando ambos na raiz de Files, da seguinte forma: C:\Users\Adm\Images\Files.
- D) apenas os 2 arquivos de imagem e o subdiretório Home, ficando todos estes na raiz de Files, da seguinte forma: C:\Users\Adm\Images\Files\Home.

- E) os 4 arquivos e o subdiretório Home, ficando a mesma estrutura de diretórios e seus arquivos, ou seja, dois arquivos na raiz de Files e os dois arquivos de imagem na raiz de Home, da seguinte forma: C:\Users\Adm\Images\Files\Home.

COMENTÁRIO:

Na pasta F:\Backup\Files, havia dois arquivos (.xlsx e .docx) e uma subpasta (\Home) que continha dois arquivos (.jpeg e .gif).

Ao mover a pasta \Files para C:\Users\Adm\Images, os quatro arquivos foram movidos e o subdiretório Home, ficando a mesma estrutura de diretórios e seus arquivos, ou seja, dois arquivos na raiz de Files e os dois arquivos de imagem na raiz de Home, da seguinte forma: C:\Users\Adm\Images\Files\Home.

Gabarito: E

35. A solução mais efetiva a ser tomada em caso de um usuário que tenha sofrido ataque de Ransomware em seus arquivos é

- A) realizar periodicamente backups testados, pois a garantia de que ele conseguirá acessá-los novamente é possuir backups atualizados, uma vez que nesse tipo de ataque o acesso aos arquivos é bloqueado sem a garantia de que o pagamento de um valor será a solução.
- B) utilizar um antispymware capaz de bloquear o keylogger e assim monitorar os arquivos afetados e, desse modo, evitar que as informações coletadas desses arquivos sejam enviadas para terceiros.
- C) executar software que realize a criptografia nos arquivos, de forma a proteger os dados presentes nos arquivos e garantir que seu conteúdo não seja enviado para terceiros.
- D) executar um antivírus nos arquivos infectados com método de detecção por meio de heurística, de modo a eliminar o malware presente nos arquivos.
- E) instalar e executar o sistema de firewall, de modo a impedir que o atacante tente explorar o conteúdo dos arquivos afetados e, assim, evitar o acesso não autorizado caso haja algum backdoor neles instalados.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre ameaças e segurança da informação.

A princípio, precisamos entender o que seria um ataque de *ransomware*. Este é um software malicioso que captura os dados da vítima e criptografa-os. O criminoso, de posse desses dados, exige alguma vantagem para liberá-los à vítima. Lembre-se: captura de dados + criptografia. Cai bastante em provas.

Nessa esteira, o examinador nos solicita qual ação é a mais efetiva a ser tomada pelo usuário quando de um ataque de *ransomware*. Vejamos as alternativas:

- A) realizar periodicamente backups testados, pois a garantia de que ele conseguirá acessá-los novamente é possuir backups atualizados, uma vez que nesse tipo de ataque o acesso aos arquivos é bloqueado sem a garantia de que o pagamento de um valor será a solução.

CERTO. É exatamente isso: o pagamento não garante que os arquivos serão devolvidos e que não serão capturados novamente. Não é tão efetivo assim, portanto.

O correto seria fazer *backups*, pois permite que o usuário guarde dados importantes e, em caso de ataques de *ransomware*, poder acessar esses dados futuramente independentemente de pagamento. É interessante que os arquivos de *backups* sejam armazenados em locais distintos.

- B) ~~utilizar um antispyware capaz de bloquear o keylogger~~ e assim monitorar os arquivos afetados e, desse modo, evitar que as informações coletadas desses arquivos sejam enviadas para terceiros.

ERRADO. *Ransomware* não tem nada a ver com *keylogger*, que se refere a um software que registra tudo o que é digitado em um teclado. Quando você ia em uma *lan house* acessar o orkut, se tivesse um *keylogger* instalado na máquina, seria possível capturar o seu usuário e sua senha. Era muito comum fazerem isso, inclusive, rsrsrs. Portanto, cuidado com acesso em computadores que não são de confiança.

- C) ~~executar software que realize a criptografia nos arquivos~~, de forma a proteger os dados presentes nos arquivos e garantir que seu conteúdo não seja enviado para terceiros.

ERRADO. O ataque de *ransomware* pode capturar os dados criptografados e, novamente, criptografá-los e exigir alguma vantagem para que sejam liberados novamente para o titular. Não é uma solução efetiva.

- D) ~~executar um antivírus nos arquivos infectados com método de detecção por meio de heurística, de modo a eliminar o malware presente nos arquivos.~~

ERRADO. Pode até auxiliar a prevenir ataques futuros. No entanto, não garante a recuperação dos dados que já sofreram ataques de *ransomware*.

- E) e) ~~instalar e executar o sistema de firewall, de modo a impedir que o atacante tente explorar o conteúdo dos arquivos afetados e, assim, evitar o acesso não autorizado caso haja algum backdoor neles instalados.~~

ERRADO. Vai no mesmo sentido da letra D, *firewalls* podem ajudar na prevenção contra invasões, mas não restauram arquivos afetados por *ransomware*.

O gabarito é, portanto, a letra A.

Gabarito: A

NOÇÕES DE DIREITO

36. Suponha que policiais militares do estado de Tocantins, de um mesmo batalhão, tenham criado determinada associação civil. Nessa situação, se a finalidade for objeto de questionamento, a associação poderá

- A) ter suas atividades suspensas, por ato do governador do estado.
- B) ser compulsoriamente dissolvida, por ato do comandante-geral da Polícia Militar.
- C) ter suas atividades suspensas, se houver trânsito em julgado de decisão judicial.
- D) ser compulsoriamente dissolvida, somente por decisão judicial.
- E) ter suas atividades suspensas, por ato do comandante do batalhão.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º, da CF/88).

A nossa questão explora os incisos XVIII e XIX, do art. 5º, da Constituição Federal. Vamos responder as alternativas a seguir com base nesses dispositivos.

- A) ter suas atividades suspensas, **por ato do governador do estado**.

ERRADO. As associações podem ter as suas atividades suspensas? Claro, com certeza. No entanto, isso não pode ser feito por ato do governador do estado. Primeiramente, vejamos o que diz o inc. XVIII, do art. 5º, da Carta Magna:

Art. 5º (...)

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, **sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.**
[destacou-se]

Note, então, que é vedada a interferência do estado no funcionamento das associações. Ainda, por oportuno, cabe pontuar o inc. XIX, do mesmo artigo, reproduzido adiante.

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou **ter suas atividades suspensas por decisão judicial**, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. [destacou-se]

Veja, então, que a suspensão de suas atividades somente por ser feita por meio de decisão judicial, não havendo que se falar em ato do governador do estado.

B) ser compulsoriamente dissolvida, por ato do comandante-geral da Polícia Militar.

ERRADO. Cabe pontuar que, de fato, uma associação pode ser compulsoriamente dissolvida. No entanto, isso só pode ser feito por meio de decisão judicial transitada em julgado. Novamente, destaca-se: é necessário o trânsito em julgado para a dissolução compulsória.

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por **decisão judicial**, exigindo-se, no primeiro caso, o **trânsito em julgado**. [destacou-se]

Veja:

- dissolução compulsória das associações → decisão judicial transitada em julgado.
- suspensão das atividades das associações → decisão judicial (não necessita de trânsito em julgado).

C) ter suas atividades suspensas, **se houver trânsito em julgado de decisão judicial**.

ERRADO. Como vimos anteriormente, para a suspensão das atividades das associações, não há a necessidade de trânsito em julgado, em que pese seja obrigatória a decisão judicial.

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

Veja:

- dissolução compulsória das associações → decisão judicial transitada em julgado.
- suspensão das atividades das associações → decisão judicial (não necessita de trânsito em julgado).

D) ser compulsoriamente dissolvida, somente por decisão judicial.

CERTO. Perfeito, é isso mesmo. Para a dissolução compulsória de uma associação, faz-se necessária decisão judicial transitada em julgado.

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por **decisão judicial**, exigindo-se, no primeiro caso, o **trânsito em julgado**. [destacou-se]

Veja:

- dissolução compulsória das associações → decisão judicial transitada em julgado.
- suspensão das atividades das associações → decisão judicial (não necessita de trânsito em julgado).

E) ter suas atividades suspensas, **por ato do comandante do batalhão**.

ERRADO. Como vimos anteriormente, a suspensão das atividades de uma associação demanda decisão judicial. Não pode ser feito por ato de governador ou de comandante de batalhão.

Art. 5º (...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

Por todo o exposto, o gabarito é a letra D.

Gabarito: D

37. A característica do ato administrativo em que o ato tão logo praticado possa ser imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado é a

- A) presunção de legitimidade.
- B) imperatividade.
- C) autoexecutoriedade.
- D) discricionariedade.
- E) coercibilidade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre ato administrativo.

Com base nas alternativas, vejamos os seus respectivos conceitos.

- Presunção de legitimidade e veracidade:
 - a presunção não é absoluta, mas sim, relativa;
 - o administrado é quem deverá provar a ilegalidade do ato.
- Autoexecutoriedade (nem sempre está presente):
 - desnecessidade de submissão prévia ao poder judiciário;
 - torna o ato mais célere.

- Imperatividade (nem sempre está presente):
 - o ato administrativo é imposto, vale dizer, não há que se falar em vontade do particular ou não.
- **Coercibilidade:**
 - possibilidade de impor as decisões de forma coativa.
- Discricionariedade:
 - são atos que permitem margem de atuação para a administração, vale dizer, ela pode atuar conforme conveniência e oportunidade; faculta-se à administração apreciar o caso concreto de forma discricionária.

Por tudo, o gabarito é a letra C. O ato, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado, sem necessidade de passar pelo judiciário.

Gabarito: C

38. Considere que o governador do estado do Tocantins tenha criado, por decreto, no âmbito do estado, um órgão de segurança pública diverso dos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF). Nessa situação hipotética, a criação do órgão ocorreu

- A) em desacordo com a CF, pois deveria ter sido realizada por lei estadual.
- B) em desacordo com a CF, que tem um rol taxativo dos órgãos de segurança pública.
- C) em desacordo com a CF, pois deveria ter sido realizada com alteração na constituição estadual.
- D) de acordo com a CF, caso o ato tenha sido ratificado pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.
- E) de acordo com a CF, independentemente de qualquer ato posterior.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre Segurança Pública, nos termos da Constituição Federal.

Candidato, a questão é direta: pode o governador de estado criar, por decreto, um órgão de segurança pública?

A princípio, de acordo com o art. 84, inc. VI, al. a, da CF/88, decreto autônomo não pode criar e nem extinguir órgãos públicos.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, **quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;** [destacou-se]

Uai, fessô, mas esse dispositivo é relativo ao Presidente da República, e não ao cargo de Governador de Estado, que é o contexto da questão. Caro aluno, esse dispositivo aplica-se, por simetria constitucional, aos governadores e prefeitos.

Ainda, o art. 144, da CF/88, traz um rol taxativo/*numerus clausus* (que não comporta aumento por parte dos entes federados) de órgãos de segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. [destacou-se]

Veja como o STF, no julgamento da ADIn nº 1.182, de 24 de novembro de 2005, posicionou-se acerca do tema:

Os Estados-membros, assim como o Distrito Federal, devem seguir o modelo federal. O art. 144 da Constituição aponta os órgãos incumbidos do exercício da segurança pública. Entre eles não está o Departamento de Trânsito. **Resta pois vedada aos Estados-membros a possibilidade de estender o rol, que esta Corte já firmou ser *numerus clausus*, para alcançar o Departamento de Trânsito.** [destacou-se]

O gabarito é a letra B, por tudo.

Gabarito: B

39. Tanto a CF quanto a Constituição do Estado de Tocantins preveem, expressamente, que cabe à Polícia Militar a

- A) garantia do poder de polícia dos Poderes do Estado.
- B) orientação das guardas municipais, onde houver.
- C) instrução das guardas municipais, onde houver.
- D) preservação da ordem pública.
- E) polícia judiciária militar.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre as atribuições constitucionais da PM.

Suficiente para a resolução da questão é a leitura do art. 144, § 5º, da CF/88:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 5º **Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;** aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. [destacou-se]

Ademais, é o que dispõe a al. b, do inc. I, do art. 117, da CE/TO (Constituição de Tocantins):

Art. 117. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, competindo, entre outras, as seguintes atividades para:

I - a Polícia Militar:

b) atividades relacionadas com a **preservação e restauração da ordem pública** e com a garantia do poder de polícia dos órgãos e entidades da administração pública, em especial das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural. [destacou-se]

Por fim, o gabarito encontra-se na letra D. As demais alternativas não decorrem da literalidade da CF/88 nem da CE/TO.

Gabarito: D

40. O princípio administrativo que tem como dois de seus fundamentos a adequação (o meio empregado na atuação deve ser compatível com o fim colimado) e a exigibilidade (a conduta deve ter-se por necessária, não havendo outro meio menos gravoso ou oneroso para alcançar o fim público), é o princípio da

- A) proporcionalidade.
- B) razoabilidade.
- C) autotutela.
- D) precaução.
- E) moralidade.

COMENTÁRIO:

Trata-se de questão que versa sobre os Princípios da Administração Pública.

Caro aluno, solicita-se de você o conhecimento do assunto Princípios da Administração Pública, que podem estar, ou não, expressos no texto constitucional. Vamos fazer uma breve revisão? O assunto é de suma importância, você não pode perder pontos aqui, beleza?

- → **Princípios constitucionais expressos (LIMPE, caput do art. 37, da CF/88)**
 - Legalidade;
 - subordina a atividade da Administração à lei (só pode ser feito aquilo que está previsto na lei; diferente é o caso do particular, que pode fazer tudo aquilo que não está proibido em lei);
 - situações que mitigam o princípio da legalidade → medida provisória, estado de defesa, estado de sítio.
 - Impessoalidade;
 - os atos da administração devem perseguir o interesse público;
 - faz decorrer o princípio da isonomia ou igualdade → exige-se tratamento igual aos que estão em situações semelhantes e tratamento diferenciado aos que estão em situações desiguais;
 - veda a autopromoção → a publicidade dos órgãos e entidades devem ter cunho público social, e não o fim de promover autoridades.
 - Moralidade;
 - exige-se a atuação ética, honesta, pautada na boa-fé e nos bons costumes;
 - dele decorre a vedação ao nepotismo (súmula vinculante 13):

- A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- Publicidade;
 - exige-se a transparência dos atos da administração;
 - não é absoluto → pode ser mitigado por conta de sigilo para segurança da sociedade e do Estado ou em casos de intimidade pessoal;
 - dele decorrem → direito de petição; emissão de certidões; divulgações de ofício;
 - pode condicionar a produção de efeitos de determinados atos, afinal, se não há publicidade, como saber da existência?
- Eficiência.
 - é o princípio mais recente entre os supracitados;
 - exige-se rendimento, qualidade, resultados e racionalidade (redução de desperdícios, + com -).
- → **Princípios implícitos**
 - Razoabilidade e proporcionalidade;
 - Evitar exageros ou limitações desnecessárias;
 - Limitação da discricionariedade administrativa;
 - Permite o controle judicial dos atos administrativos;
 - Exige adequação e a exigibilidade.
- Controle ou tutela;
 - Controle da administração direta sobre a indireta (sem hierarquia, controle por vinculação).
- Autotutela;
 - a administração pode revogar quando inconvenientes ou inoportunos (faculdade não está obrigada); mas deve anular os atos ilegais (obrigação).
- Motivação;
 - Na edição do ato, faz-se necessária a indicação dos fundamentos de fato e de direito.
- Continuidade dos serviços públicos;
 - serviços públicos não devem ser interrompidos, salvo situações excepcionais;
 - limita o direito de greve;

- limita a exceção do contrato não cumprido (“a administração não me pagou, então, não vou prestar o serviço”);
- é importante observar que o serviço pode, sim, ser interrompido nos casos de emergência, manutenção ou falta de pagamento de fatura (cortou a sua luz por ausência de pagamento, não há, em regra, problema).
- **Contraditório e ampla defesa;**
 - contraditório: tomar conhecimento das alegações da parte, possibilidade de contrapor as alegações, capacidade de influenciar na decisão;
 - ampla defesa: direito de alegar e provar o que alega, utilização de todos os meios e recursos juridicamente válidos, vedação ao cerceamento do direito de defesa.
- **Especialidade;**
 - decorre a descentralização administrativa → administração indireta.
- **Segurança jurídica;**
 - busca-se a estabilidade das relações jurídicas já consolidadas;
 - busca-se a boa-fé e a confiança do administrado perante a administração;
 - dele decorrem os institutos da prescrição e decadência.
- **Precaução;**
 - princípio moderno;
 - a decisão administrativa não pode acarretar risco para a coletividade.
- **→ Superprincípios (pilares da Administração Pública)**
 - Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado;
 - estabelece que o interesse público, ou seja, o bem comum da coletividade, deve prevalecer em caso de conflito com os interesses individuais. Ele justifica o poder especial que o Estado possui para, por exemplo, desapropriar bens privados, limitar liberdades individuais ou interferir em atividades econômicas, sempre com o objetivo de promover o bem-estar social.
- **Princípio da indisponibilidade do interesse público;**
 - os agentes públicos não são donos dos bens, direitos ou interesses públicos, mas meros gestores e, por isso, não podem dispor livremente deles. A Administração Pública deve sempre atuar em conformidade com a lei e com as finalidades públicas, ou seja, não pode abrir mão de interesses da coletividade nem fazer concessões que prejudiquem o bem comum.

Por todo o exposto, o princípio administrativo que tem como dois de seus fundamentos a adequação (o meio empregado na atuação deve ser compatível com o fim colimado) e a exigibilidade (a conduta deve ter-se por necessária, não havendo outro meio menos gravoso ou oneroso para alcançar o fim público), é o princípio da proporcionalidade, previsto na letra A.

Gabarito: A

41. Em relação ao crime de homicídio, previsto no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- A) Em qualquer situação, sendo doloso o homicídio, a conduta do agente será tipificada como crime hediondo.
- B) O perdão judicial é possível tanto no homicídio culposo quanto no homicídio doloso, se as consequências do crime atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- C) O feminicídio tem como sujeito ativo exclusivamente o homem e como sujeito passivo uma pessoa necessariamente do sexo feminino, em contexto caracterizado por relação de poder e submissão.
- D) As formas privilegiadas de homicídio geram a diminuição da pena e estão relacionadas à motivação do crime.
- E) A qualificadora do homicídio funcional cometido contra integrante do sistema prisional no exercício de sua função não se estende ao homicídio de cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até 3.º grau desse integrante, em razão da função por ele exercida.

COMENTÁRIO:

- A) **INCORRETA.** Não são todas as situações de dolo em que o homicídio é hediondo. De acordo com a Lei nº 8.072/90, será hediondo o homicídio doloso apenas quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio e quando for qualificado, além do feminicídio. Veja:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por 1 (um) só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX);

I-B – feminicídio (art. 121-A);

B) **INCORRETA.** O perdão judicial só é cabível no homicídio culposo, conforme art. 121, § 5º, do CP:

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

C) **INCORRETA.** O sujeito ativo pode ser tanto o homem quanto a mulher, inclusive em relações homoafetivas, conforme entendimento do STJ no HC 277.561: “as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (artigo 5º, Parágrafo único)”. Também se verifica a possibilidade de sujeito ativo feminino em relações familiares, (filha ou neta em face de mãe ou avó). O que define o feminicídio é a prática criminosa em razão da condição do sexo feminino, caracterizada por violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Veja:

Feminicídio

Art. 121-A. Matar mulher por razões da condição do sexo feminino:

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarenta) anos. (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)

§ 1º Considera-se que há razões da condição do sexo feminino quando o crime envolve:

I – violência doméstica e familiar;

II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Em relação ao sujeito passivo do feminicídio, obviamente é apenas a mulher (incluída a cisgênero e a transgênero, conforme entendimento do STF proferido na ADI 4275).

D) **CORRETA.** O chamado homicídio privilegiado é tecnicamente uma causa de diminuição de pena/minorante e está relacionado à motivação do agente em todas as suas espécies. Veja a previsão legal (art. 121, § 1º, do CP):

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

- E) **INCORRETA.** A referida qualificadora é estendida ao homicídio do cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até 3.º grau, conforme previsão do § 2º, VII:

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.

Gabarito: D

42. Joana, de 25 anos de idade, praticou o crime de roubo mediante ameaça com uma arma branca; no decorrer da ação penal, restou comprovado que a autora era portadora de doença mental.

Nessa situação, caso entenda pela inimputabilidade de Joana, o juiz do feito terá reconhecido que a autora era,

- A) ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, mas capaz de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B) ao tempo da sentença, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito de sua conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C) ao tempo da sentença, plenamente capaz de entender o caráter ilícito da conduta, mas inteiramente incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D) ao tempo da ação, parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito de sua conduta e de autodeterminação.
- E) ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito de sua conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

COMENTÁRIO:

Questão simples que cobra o conceito literal de inimputáveis, previsto no art. 26 do Código Penal:

Inimputáveis

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

É importante lembrar que os menores de 18 anos também são penalmente inimputáveis, sendo responsabilizados na forma de legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

Nosso gabarito é, portanto, a alternativa E.

Gabarito: E

43. Em caso de membro do Poder Legislativo eleito para mandato legislativo praticar conduta descrita em lei como abuso de autoridade,

- A) a conduta do sujeito não poderá ser enquadrada na Lei de Abuso de Autoridade, porquanto esta alcança apenas o servidor público.
- B) o sujeito poderá ser enquadrado na Lei de Abuso de Autoridade, mediante requisição do ministro da Justiça.
- C) o parlamentar estará sujeito aos ditames da Lei de Abuso de Autoridade, como qualquer outro servidor público.
- D) o sujeito não se submeterá à Lei de Abuso de Autoridade, em razão de prerrogativa de função.
- E) o parlamentar estará sujeito à Lei de Abuso de Autoridade, desde que haja representação do ofendido.

COMENTÁRIO:

Questão igualmente simples, que cobra tão somente a literalidade do sujeito ativo dos crimes de abuso de autoridade, tipificados pela Lei nº 13.869/2019. A referida lei adota um conceito abrangente de agente público, abarcando todo aquele que exerce cargo, emprego ou função em órgão ou entidade da administração pública dos Poderes dos diferentes entes federativos, nos seguintes termos:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

Veja que os membros do Poder Legislativo estão compreendidos expressamente no rol de sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade.

As alternativas B e E estão erradas porque os crimes previstos na referida lei são de ação penal pública incondicionada, conforme o art. 3º:

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

Gabarito: C

44. Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem como ideal a prática costumeira entre os povos e as nações de importantes valores para a sociedade, é correto afirmar que o documento, no Brasil, tem natureza

- A) de recomendação a respeito da aceitação e promoção de suas deliberações.
- B) inderrogável, podendo ser revogada somente por outra norma de igual valor.
- C) de tratado internacional, valendo como norma internalizada pelo ordenamento jurídico.
- D) de direito positivo, conforme prescreve a Constituição da República.
- E) vinculativa, acarretando sanção internacional o seu descumprimento.

COMENTÁRIO:

A questão propõe analisar a **natureza jurídica**, no Brasil, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Embora seja um documento fundamental para a proteção internacional dos direitos humanos, trata-se de uma **resolução** da ONU, não de um tratado internacional. Por isso, **não possui força vinculante** no sentido estrito de um acordo internacional ou de uma norma internalizada com status de lei, configurando-se, em grande medida, como uma **recomendação** para os Estados promoverem e protegerem os direitos humanos.

Diante disso, a alternativa correta é a **letra A**, que aponta a natureza de “recomendação” no que concerne à aceitação e promoção das deliberações da DUDH no Brasil.

A seguir, analisamos cada alternativa, detalhando os pontos principais.

- A) A alternativa A está CORRETA porque evidencia que a Declaração Universal dos Direitos Humanos funciona, em essência, como um instrumento de recomendação.**

A DUDH foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em formato de resolução (Resolução 217 A III, de 10 de dezembro de 1948), sem a força de um tratado.

Conseqüentemente, ela não cria obrigações jurídicas *stricto sensu* para os Estados, mas sim **estabelece princípios e valores** que balizam a atuação dos países no campo dos direitos humanos.

Sua importância é inegável, mas, formalmente, não é dotada de **eficácia vinculante** compulsória, sendo mais vista como **“soft law”**.

- B) A alternativa B está INCORRETA, pois não é cabível afirmar que a DUDH seja inderrogável.**

“Inderrogável” significaria que ela teria o **máximo grau de rigidez** e que somente poderia ser modificada ou extinta por outra norma de igual valor.

Além disso, sequer se poderia falar em “revogação” formal, dado que a DUDH, por não ter caráter de tratado, não se submete ao mesmo regime jurídico de leis internas ou convenções internacionais formalmente ratificadas.

Em síntese, a DUDH não detém a natureza de uma norma inderrogável.

- C) A alternativa C está INCORRETA porque a Declaração não é um tratado internacional.**

Tratados internacionais exigem a formalização de um **instrumento internacional vinculativo**, cuja internalização no Brasil se dá por meio de aprovação no Congresso Nacional e posterior ratificação (art. 49, I, da CF/88, e art. 84, VIII, da CF/88), gerando efeitos jurídicos no ordenamento pátrio.

A DUDH é uma **resolução**, não tendo passado pelo rito exigido pela CF/88 para a incorporação de tratados internacionais no Brasil.

Portanto, não se pode considerá-la um tratado com valor de norma interna devidamente ratificada.

- D) A alternativa D está INCORRETA pois a DUDH não foi positivada na Constituição brasileira como norma jurídica imediata.**

Embora a CF/88 reforce fortemente a proteção aos direitos humanos e mencione princípios de prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II, CF/88), essa previsão **não transforma** a DUDH, por si só, em **direito positivo** interno.

Apenas a adesão a tratados ou convenções específicas, com a devida aprovação do Congresso Nacional, pode conferir status de norma infraconstitucional ou supralegal (conforme o caso) ou até de emenda constitucional (se seguir o rito do art. 5º, § 3º, CF).

Logo, a DUDH não se enquadra, tecnicamente, como direito positivo na forma prescrita pela Constituição.

- E) A alternativa E está **INCORRETA** porque a DUDH não é vinculativa a ponto de gerar sanções internacionais por seu descumprimento.

As sanções internacionais, em geral, derivam de obrigações estabelecidas em **tratados** ou de violações graves de normas de **jus cogens** do Direito Internacional.

Sendo a DUDH um documento de caráter **recomendatório**, seu descumprimento não acarreta, por si só, uma **sanção** automática.

Em **casos extremos**, a comunidade internacional pode adotar represálias políticas, diplomáticas ou condenações morais, mas não há a previsão formal de sanções jurídicas imediatas pela simples inobservância de uma declaração (ao contrário do que ocorre com tratados de direitos humanos, como a Convenção Americana de Direitos Humanos).

Gabarito: A

45. Os direitos comunicativos a partir da perspectiva dos direitos humanos e de sua proteção podem ser entendidos, de forma sintética, como

- A) liberdade de imprensa, como direito de divulgação de fatos.
- B) liberdade de expressar opiniões em matéria religiosa, ciência, arte etc.
- C) liberdade de pensamento e consciência.
- D) liberdade religiosa, como direito de expressar a fé.
- E) liberdade de comunicação nas mídias sociais.

COMENTÁRIO:

Os “direitos comunicativos”, sob a ótica dos direitos humanos, abrangem a **liberdade de pensamento, de opinião e de expressão** em diversas esferas (cultural, científica, religiosa, artística, entre outras). Esses direitos são amparados pela Constituição Federal de 1988 (especialmente no art. 5º, IV, V, IX, XIV), bem como por tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. A alternativa que melhor sintetiza o conjunto dessas liberdades de expressão é a **letra B**: “liberdade de expressar opiniões em matéria religiosa, ciência, arte etc.”

Vamos agora analisar cada alternativa em detalhes.

- A) A alternativa A está **INCORRETA** porque se limita ao direito de divulgação de fatos pela imprensa.

É inegável que a liberdade de imprensa **integra** os direitos comunicativos. No entanto, ela **não abrange** todo o universo da expressão humana, como opiniões pessoais, criações artísticas ou pesquisas científicas.

Conclusivamente, a liberdade de imprensa é apenas um **aspecto** dentro de um conjunto mais amplo de direitos comunicativos.

B) A alternativa B está CORRETA porque sintetiza a ideia de liberdade de expressão em diferentes domínios (religioso, científico, artístico etc.).

A Constituição Federal de 1988 (art. 5º, IX) garante que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura ou licença**”.

Logo, essa disposição reflete diretamente o **conteúdo dos direitos comunicativos**, englobando a livre manifestação de pensamentos e opiniões em **diversos** campos.

Esse entendimento está alinhado a instrumentos internacionais, como o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos** (art. 19) e a **Convenção Americana de Direitos Humanos** (art. 13), que reforçam a liberdade de **buscar, receber e difundir informações**.

C) A alternativa C está INCORRETA, pois liberdade de pensamento e consciência é apenas uma parte do espectro.

A liberdade de pensamento e consciência é fundamental, mas **não** explica plenamente o conceito de “direitos comunicativos”, que envolve não só a **formação** do pensamento, mas também a sua **manifestação** em diferentes meios.

Em outras palavras, os direitos comunicativos incluem a capacidade de **expressar** ideias, não apenas de **pensar** livremente.

D) A alternativa D está INCORRETA por focar exclusivamente na liberdade religiosa.

A liberdade religiosa é, sim, um direito humano, mas consiste em um **aspecto específico** de um direito mais amplo (que inclui a liberdade de culto, mudança de crença etc.).

No que diz respeito aos direitos comunicativos, a liberdade religiosa **não abrange** a totalidade das formas de expressão (artística, científica, cultural), sendo um recorte isolado.

E) A alternativa E está INCORRETA porque restringe os direitos comunicativos às mídias sociais.

As redes sociais são exemplos contemporâneos de manifestação de opinião, mas a liberdade de expressão não se **limita** ao ambiente digital.

Os direitos comunicativos abrangem **todas** as formas de comunicação, seja oral, escrita, artística ou tecnológica.

Gabarito: B

NORMAS RELATIVAS À PMTO

46. A competência para realizar o comando, a chefia, a assessoria e a direção das unidades que compõem a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de Tocantins (PMTO) e a competência para, sem prejuízo da atividade operacional, exercer as atividades administrativas, além de outros encargos próprios da carreira militar, são, respectivamente, dos oficiais integrantes do

- A) Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e do Quadro de Oficiais de Administração da Saúde (QOAS).
- B) Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE).
- C) Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) e do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE).
- D) Quadro de Oficiais de Administração da Saúde (QOAS) e do Quadro de Oficiais da Administração (QOA).
- E) Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) e do Quadro de Oficiais da Administração (QOA).

COMENTÁRIO:

A resposta da nossa questão encontra-se no art. 28, §3º da LC 128/2021, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO.

Vejamos os dispositivos:

Art. 28. Os profissionais da PMTO compreendem:

(...)

§ 3º Compete aos Oficiais do:

I - QOPM: realizar o comando, a chefia, a assessoria e a direção das unidades que compõem a estrutura organizacional da PMTO;

II - QOAS: realizar os serviços respectivos de cada habilitação na área da saúde além de outros encargos próprios da carreira militar;

III - QOE: exercer as atividades técnico-administrativas inerentes à habilitação específica e assistência religiosa dos Oficiais Capelães, além de outros encargos próprios da carreira militar;

IV - QOA: sem prejuízo da atividade operacional, exercer as atividades administrativas, além de outros encargos próprios da carreira militar;

V - QOM: sem prejuízo da execução da habilidade instrumental, exercer atividades administrativas e a regência nas bandas de música, além de outros encargos próprios da carreira militar;

VI - QOAS: sem prejuízo das atividades específicas da área da saúde, exercer atividades administrativas, além de outros encargos próprios da carreira militar. - *grifo nosso*

A banca quer saber de quem é a competência para realizar o comando, a chefia, a assessoria e a direção das unidades que compõem a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de Tocantins (PMTO) e a competência para, sem prejuízo da atividade operacional, exercer as atividades administrativas, além de outros encargos próprios da carreira militar, respectivamente.

Reparem que os incisos I e IV, supra, atendem ao solicitado perfeitamente. A letra E, portanto, é o nosso gabarito.

As demais referem-se a outros incisos do §3º, ou seja, correspondem a outras competências, logo, estão erradas.

Gabarito: E

47. Suponha que três policiais militares do estado do Tocantins tenham sido punidos disciplinarmente: Pedro, com prisão; João, com reforma disciplinar; e Lucas, com demissão. Nessa situação hipotética,

- A) a punição aplicada a João foi a de maior gravidade.
- B) a punição aplicada a Lucas foi a de maior gravidade.
- C) as punições aplicadas a Pedro e Lucas foram igualmente de maior gravidade.
- D) as punições aplicadas a Pedro e João foram igualmente de maior gravidade.
- E) as punições aplicadas a João e Lucas foram igualmente de maior gravidade.

COMENTÁRIO:

Nossa questão aborda o tema das punições disciplinares, nos termos da Lei nº 2.578/2012 - Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

Art. 13. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

(...)

§ 6º O regulamento disciplinar é baixado através de ato do Chefe do Poder Executivo, com a observância das seguintes particularidades:

(...)

VI - as punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são as seguintes, em ordem de gravidade crescente:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) detenção;
- d) prisão;
- e) reforma disciplinar;
- f) demissão. - *grifo nosso*

Pelos destaques supra, as penalidades trazidas pelo inciso VI foram colocadas em ordem de gravidade crescente, logo, a demissão (f) é a mais grave de todas as penalidades. Nosso gabarito é a letra B.

Cuidado, pois pode parecer que reforma disciplinar e prisão são mais graves do que demissão e o examinador sabe disso, portanto, muita atenção a uma possível pegadinha!

Gabarito: B

48. A carreira militar estadual no estado do Tocantins é privativa do pessoal

- A) da ativa e da reserva remunerada.
- B) da ativa em serviço ativo e da reserva remunerada.
- C) em serviço na ativa, reserva remunerada e reformados.
- D) em serviço e na reserva remunerada.
- E) da ativa, somente.

COMENTÁRIO:

A questão cobra conhecimentos da Lei nº 2.578/2012 - que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

A questão é direta e cobra a literalidade do parágrafo único do art. 7º, a saber:

Art. 7º (...)

Parágrafo único. A carreira militar estadual é privativa do pessoal da ativa.

A resposta, portanto, é a letra E.

Vejam os erros das demais:

- A) da ativa e da reserva remunerada.
- B) da ativa em serviço ativo e da reserva remunerada.
- C) em serviço na ativa, reserva remunerada e reformados.
- D) em serviço e na reserva remunerada.

Gabarito: E

49. Marcos, Fernando, Gustavo e Vagner são policiais da ativa na PMTO.

Marcos tem 28 anos de idade e foi promovido a 2.º sargento em 1.º/6/2019. Sua promoção a 3.º sargento ocorreu em 1.º/6/2013.

Fernando tem 29 anos de idade e foi promovido a 2.º sargento em 1.º/6/2020. Sua promoção a 3.º sargento ocorreu em 1.º/6/2012.

Gustavo tem 28 anos de idade e foi promovido a 2.º sargento em 1.º/6/2019. Sua promoção a 3.º sargento ocorreu em 1.º/6/2014.

Vagner tem 29 anos de idade e foi promovido a 2.º sargento em 1.º/6/2019. Sua promoção a 3.º sargento ocorreu em 1.º/6/2013.

Nessa situação hipotética, na ordem decrescente de precedência hierárquica estão os policiais

- A) Marcos, Gustavo, Vagner e Fernando.
- B) Gustavo, Vagner, Marcos e Fernando.
- C) Vagner, Marcos, Gustavo e Fernando.
- D) Fernando, Vagner, Marcos, Gustavo.
- E) Marcos, Fernando, Gustavo e Vagner.

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra conhecimentos dos critérios para determinação da precedência hierárquica entre os policiais mencionados, nos termos da Lei nº 2.578/2012.

Os referidos critérios estão dispostos no art. 16 da norma:

Art. 16. A antiguidade, em cada posto ou graduação, é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva inclusão, promoção, nomeação, declaração, ou reinclusão salvo quando taxativamente for fixada outra data ou critério estabelecido em lei.

§ 1º A precedência entre militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.

§ 2º No caso de ser igual a antiguidade referida no caput deste artigo, a antiguidade é estabelecida:

I - entre os militares do mesmo quadro, mediante classificação final e geral do respectivo curso de formação ou habilitação;

II - nos demais casos, com base nos postos ou nas graduações anteriores. No desempate da antiguidade, recorre-se, sucessivamente, aos graus hierárquicos anteriores, à data da inclusão e à data de nascimento para definir a precedência e, neste último caso, os mais velhos serão considerados mais antigos;

III - entre os alunos dos cursos de formação ou habilitação de oficiais e de formação ou habilitação de soldados, de acordo com a ordem classificatória do respectivo concurso, válida para o primeiro ano do curso, e, nos demais anos, conforme classificação prevista no regulamento do órgão de formação.

§ 3º Em igualdade de posto ou graduação:

I - os militares da ativa têm precedência sobre os inativos;

II - a precedência entre os militares da ativa e os da reserva que estiverem convocados é definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou na graduação. - *grifo nosso.*

Com base nos destaques acima, vejamos agora a situação de cada policial:

O primeiro critério é a antiguidade no posto ou graduação, logo, já temos Fernando em quarto lugar, pois foi o último a ser promovido (01/06/2020) - alternativas D e E eliminadas.

Como todos os demais foram promovidos na mesma data (01/06/2019), recorreremos ao segundo critério, a data de promoção ao grau anterior.

Assim, como Gustavo foi promovido a 3º Sargento em 01/06/2014, enquanto Marcos e Vagner o foram em 01/06/2013, Gustavo figura no “terceiro lugar” de precedência.

Resta agora verificarmos a precedência entre Marcos e Vagner, que será feita pela idade. Como Vagner é mais velho, 29 anos, figura em primeiro lugar na precedência e Marcos em segundo.

Resultado: Vagner, Marcos, Gustavo, Fernando - Letra C.

Gabarito: C

50. Segundo o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, é preceito é dever da ética militar

- A) o orgulho do militar pela organização a que serve.
- B) amar a verdade como fundamento da dignidade.
- C) O civismo e o culto das tradições históricas.
- D) a fé na elevada missão da corporação.
- E) o aprimoramento técnico-profissional.

COMENTÁRIO:

Nossa questão cobra a Lei nº 2.578/2012 - Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins.

A banca tenta confundir as manifestações essenciais do valor militar (art. 32) com os preceitos e deveres da ética militar (art. 33).

Vejamos cada alternativa para encontrarmos a única que trata de um preceito e dever da ética militar.

- A) *o orgulho do militar pela organização a que serve.*

É uma manifestação essencial do valor militar:

Art. 32. São manifestações essenciais do valor militar:

(...)

IV - o espírito de corpo, o orgulho do militar pela organização a que serve;

- B) *amar a verdade como fundamento da dignidade.*

Trata-se de um dos preceitos e deveres da ética militar, logo, é nosso gabarito:

Art. 33. O sentimento do dever, o denodo militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Corporação, condutas moral e profissional irrepreensíveis, com a fiel observância dos seguintes preceitos e deveres da ética militar:

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade;

C) *o civismo e o culto das tradições históricas.*

É uma manifestação essencial do valor militar:

Art. 32. São manifestações essenciais do valor militar:

(...)

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

D) *a fé na elevada missão da corporação.*

É uma manifestação essencial do valor militar:

Art. 32. São manifestações essenciais do valor militar:

(...)

III - a fé na elevada missão da Corporação;

E) *o aprimoramento técnico-profissional.*

É uma manifestação essencial do valor militar:

Art. 32. São manifestações essenciais do valor militar:

(...)

VI - o aprimoramento técnico-profissional.

Gabarito: B

51. A Seção do Estado-Maior do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Tocantins responsável pelo planejamento das matérias relativas à logística e à infraestrutura da corporação é a

- A) 1.ª Seção.
- B) 2.ª Seção.
- C) 3.ª Seção.
- D) 4.ª Seção.
- E) 5.ª Seção.

COMENTÁRIO:

A questão trata da Lei Complementar nº 128/2021 - Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

Vejamos o que a norma fala do assunto:

Art. 15. O Estado Maior Geral é responsável perante o Comandante-Geral por ações de planejamento, estudo, orientação, coordenação, fiscalização e controle das atividades da PMTO, cabendo-lhe a formulação de diretrizes, ordens e normas gerais de ação do Comandante-Geral no acionamento das unidades administrativas de apoio, de execução e especiais, no cumprimento de suas missões.

§ 1º O Estado Maior é composto pelas seguintes seções:

I - 1ª Seção (PM/1): responsável pelo planejamento e encarregada dos assuntos relativos à legislação e concurso público, bem como por secretariar a Comissão de Promoção de Oficiais - CPO, a Comissão de Promoção de Praças - CPP e a Comissão Permanente de Medalhas - CPM;

II - 2ª Seção (PM/2): denominada Agência Central de Inteligência - ACI, responsável pelo planejamento e encarregada dos assuntos relativos a atividades de inteligência, contrainteligência, controle de armamento e munição dos integrantes da PMTO, guarda e manutenção de documentos e arquivos sigilosos, e por confeccionar o boletim-geral reservado da Corporação;

III - 3ª Seção (PM/3): responsável pelo planejamento e encarregada dos assuntos relativos à articulação operacional, à administração e ao controle das operações policiais militares e pelos estudos, doutrina e pesquisas relativas à preservação da ordem pública, ao policiamento ostensivo, à padronização de procedimentos operacionais da Instituição e plano de articulação da Corporação;

IV - 4ª Seção (PM/4): responsável pelo planejamento das matérias relativas à logística e à infraestrutura da Corporação;

V - 5ª Seção (PM/5): denominada Assessoria de Comunicação - ASCOM, responsável pelo planejamento e execução das matérias relativas a atividades de comunicação social, publicidade, relacionamento com a mídia, cerimonial, eventos e marketing institucional;

VI - 6ª Seção (PM/6): responsável pelo planejamento das matérias relativas ao orçamento e às finanças da Corporação;

VII - 7ª Seção (PM/7): denominada Assessoria Técnica de Informática e Telecomunicações - ATIT, responsável pelo planejamento e execução das matérias relativas à informática, telecomunicações e tecnologia da informação.

Feita essa leitura, fica fácil identificar nosso gabarito na letra D - 4ª Seção (PM/4), que corresponde ao inciso IV, supra - responsável pelo planejamento das matérias relativas à logística e à infraestrutura da corporação.

As demais referem-se a outros incisos e competências, logo, estão erradas.

Gabarito: D

52. Se um oficial da PMTO cometer transgressão disciplinar, será competente para demiti-lo o

- A) governo do estado.
- B) comandante-geral.
- C) corregedor-geral.
- D) chefe do Estado-Maior.
- E) secretário-chefe da Casa Militar.

COMENTÁRIO:

Nossa questão fala da competência para aplicação da sanção de demissão ao oficial da PMTO e nossa resposta está no art. 40 da Lei nº 2.578/2012:

Art. 40. São competentes para instaurar ou determinar a instauração de sindicância, e aplicar as sanções disciplinares, as seguintes autoridades:

I - o Chefe do Poder Executivo, em relação a todos os integrantes das Corporações Militares Estaduais, as sanções previstas nesta Lei;

II - o Comandante-Geral, em relação a todos que lhe forem funcionalmente subordinados, as sanções previstas nesta Lei, exceto a demissão de oficial;

III - o Chefe do Estado Maior, em relação a todos militares que lhe forem funcionalmente subordinados, as sanções disciplinares até trinta dias de prisão;

IV - o Corregedor-Geral, em relação a todos militares sujeitos a esta Lei, exceto o Comandante-Geral, o Chefe do Estado Maior, o Subchefe do Estado Maior e todos os integrantes da Casa Militar, as sanções disciplinares até trinta dias de prisão;

V - o Secretário-Chefe e o Subchefe da Casa Militar, em relação a todos os militares que lhes forem funcionalmente subordinados, as sanções disciplinares previstas nesta Lei, exceto a demissão de oficial;

VI - o Diretor, o Subdiretor, o Chefe de Seção do Estado Maior, os Comandantes ou Subcomandantes de OM, em relação a todos os militares que lhes forem funcionalmente subordinados, as sanções disciplinares até trinta dias de prisão. - grifo nosso.

Pelos destaques supra, reparem que o único que não tem restrição acerca de quais sanções pode aplicar é o Chefe do Poder Executivo, ou seja, o Governador é o único que pode aplicar todas as sanções, inclusive a mais grave, que é a de demissão do Oficial. Pelo exposto, nossa resposta é a letra A - governo do estado.

Façamos apenas uma ressalva sobre a terminologia dada pela banca, pois “governo do estado” pode se referir a algo mais amplo do que o Governador, no entanto, ainda assim seria a “mais correta”, pois as demais alternativas referem-se a outros cargos, os quais, conforme os incisos colocados, não podem demitir um oficial.

Gabarito: A

53. Suponha que, na PMTO, Tatiana seja oficial da reserva remunerada; Luciano, praça reformado; Mateus, oficial da ativa; e Larissa, segundo sargento da ativa. Nessa situação, do ponto de vista da ética e da disciplina militares, estará(ão) sujeito(s) a Conselho de Justificação

- A) Tatiana, Luciano, Mateus e Larissa.
- B) Tatiana e Mateus.
- C) Luciano e Larissa.
- D) Mateus, somente.
- E) Larissa, somente.

COMENTÁRIO:

Questão que aborda o Conselho de Justificação, nos termos da Lei nº 2.578/2012.

Vejam os que diz a norma sobre esse tema:

Art. 55. Os Conselhos de Justificação e de Disciplina destinam-se a avaliar, do ponto de vista da ética e da disciplina militares, a capacidade do militar estável de permanecer no serviço ativo da Corporação, assegurados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O Oficial acusado é submetido a Conselho de Justificação, e a Praça a Conselho de Disciplina.

§ 2º Aplicam-se os procedimentos dos Conselhos que se trata este artigo aos militares reformados e na reserva remunerada.

Pessoal, combinados os entendimentos do caput e do §1º do art. 55, o Conselho de Justificação avalia a capacidade do Oficial estável de permanecer no serviço ativo da Corporação. Por esse rumo, a resposta seria tão somente Mateus, que é o único Oficial da ativa entre os militares descritos pela banca, e nosso gabarito seria a letra D.

Entretanto, o §2º, supra, define que se aplicam os procedimentos dos Conselhos aos militares reformados e na reserva remunerada. Nesse sentido, Tatiana e Mateus submeteriam-se ao Conselho de Justificação, o que tornaria o gabarito a letra B, não D.

O melhor seria a **anulação** da questão, porém, a banca insistiu no posicionamento inicial.

Gabarito: D

54. Considere que policiais da PMTO tenham praticado as seguintes condutas:

- I. Alfredo compareceu em reunião de caráter político, sem estar de serviço;
- II. Márcio faltou aos preceitos da civilidade, estando de serviço;
- III. Ana deixou de punir transgressor da disciplina;
- IV. Sílvia não cumpriu ordem recebida.

Assinale a opção que apresenta a correta relação entre o(a) policial militar e a transgressão militar cometida.

- A) Ana – leve; Sílvia e Márcio – média; Alfredo – grave
- B) Ana – leve; Alfredo e Sílvia – média; Márcio – grave
- C) Márcio – leve; Alfredo – média; Ana e Sílvia – grave
- D) Sílvia e Alfredo – leve; Márcio – média; Ana – grave
- E) Alfredo e Márcio – leve; Ana – média; Sílvia – grave

COMENTÁRIO:

Questão que aborda transgressões militares, nos termos da Lei nº 2.578/2012.

Analisemos as condutas à luz da norma:

- I Alfredo compareceu em reunião de caráter político, sem estar de serviço;

Trata-se de transgressão de natureza leve, conforme art. 44, V:

Art. 44. São transgressões de natureza leve: (...)

V - comparecer fardado em reuniões de caráter político, exceto quando em serviço;

Cabe aqui uma ressalva: a questão não fala “fardado”, logo, caberia recurso.

II Márcio faltou aos preceitos da civilidade, estando de serviço;

Trata-se de transgressão de natureza leve, conforme art. 44, XI:

Art. 44. São transgressões de natureza leve: (...)

XI - quando em serviço ou fardado, faltar aos preceitos da civilidade;

III Ana deixou de punir transgressor da disciplina;

Trata-se de transgressão de natureza média, conforme art. 45, II:

Art. 45 São transgressões de natureza média: (...)

II - deixar de punir o transgressor ou de comunicar a autoria da transgressão da disciplina;

IV Sílvia não cumpriu ordem recebida.

Trata-se de transgressão de natureza grave, conforme art. 46, VIII:

Art. 46 São transgressões de natureza grave: (...)

VIII - não cumprir ordem recebida;

Pelo exposto, nossa resposta é a letra E.

Gabarito: E

55. O retorno de um policial da PMTO ao seu quadro, cessado o motivo que determinou sua agregação, ocorrerá por meio de

- A) reversão.
- B) reintegração.
- C) aproveitamento.
- D) readaptação.
- E) recondução.

COMENTÁRIO:

Questão que cobra o conhecimento do retorno de militar à Corporação, à luz da Lei nº 2.578/2012.

Ora, questão direta. Vejamos o conceito de reversão, nos termos da Lei:

Art. 108. Reversão é o ato pelo qual o militar agregado retorna ao respectivo quadro, tão logo cesse o motivo que determinou a agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe compete na respectiva escala numérica.

Reparem que é exatamente o narrado no enunciado, logo, nossa resposta é a letra A.

Cuidado, pois a Reversão, sob a ótica da Lei nº 8.112/1990 e de modo geral do Direito Administrativo, tem a ver com o retorno à atividade do servidor aposentado, logo, não confunda.

Atenção para as pegadinhas, pois as opções trazem nomes de institutos tradicionais do Direito Administrativo, os quais possuem abordagens diferentes sob a ótica do Estatuto em comento.

Vejamos o que o Estatuto fala sobre as demais alternativas, quando cabível:

B) reintegração. - não é mencionada na Lei nº 2.578/2012;

C) aproveitamento. - é mencionado no art. 127, §3º, porém, o conceito e a aplicação trazidas pela norma alinham-se mais ao tradicional conceito de readaptação do Direito Administrativo. Vejamos:

§ 3º Nenhum militar é reformado quando possível seu aproveitamento nas atividades administrativas da Corporação, compatíveis com suas condições de saúde.

D) readaptação. - vide comentário sobre aproveitamento.

E) recondução. - mencionada no art. 11, §8º, como possibilidade para o militar reprovado em curso de formação.

Vejamos:

§ 8º O militar reprovado no curso de que trata o §7º, deste artigo (*curso de formação*), é exonerado da Corporação ou reconduzido ao posto ou graduação anterior. - inserção nossa.

Em tempo, agregação é a situação na qual o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número:

Art. 107. A agregação é a situação na qual o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

Cuidado com pegadinhas, pois as opções trazem nomes de institutos tradicionais do Direito Administrativo, os quais possuem abordagens diferentes sob a ótica do Estatuto em comento.

Gabarito: A

RACIOCÍNIO LÓGICO

Texto 1A6-I

Cinco pessoas (Arnaldo, Bernardo, Cláudio, Diógenes e Ernesto), suspeitas de determinada contravenção, são chamadas para acareação por uma autoridade policial. Exatamente dois deles são culpados, e as seguintes declarações foram feitas durante o depoimento:

- I. Arnaldo disse que os culpados não foram Ernesto nem Bernardo;
- II. Bernardo disse que os culpados não foram Arnaldo nem Cláudio;
- III. Cláudio disse que os culpados não foram Bernardo nem Diógenes.

56. Se, no texto 1A6-I, a declaração II for a única declaração falsa entre as declarações I, II, III, então, imediatamente, os dois culpados serão

- A) Arnaldo e Bernardo.
- B) Arnaldo e Cláudio.
- C) Arnaldo e Ernesto.
- D) Cláudio e Bernardo.
- E) Cláudio e Diógenes.

COMENTÁRIO:

Temos cinco suspeitos (Arnaldo, Bernardo, Cláudio, Diógenes e Ernesto), e sabemos que exatamente **dois deles são culpados**. Além disso, foi dado que **a declaração II é a única falsa**, o que significa que as declarações I e III são verdadeiras.

Analisando as declarações:

- **Declaração I (Verdadeira):** "Os culpados não foram Ernesto nem Bernardo."

Se essa afirmação é verdadeira, então Ernesto e Bernardo são inocentes.

- **Declaração II (Falsa):** "Os culpados não foram Arnaldo nem Cláudio."

Como essa afirmação é falsa, significa que pelo menos um entre **Arnaldo e Cláudio** é culpado.

- **Declaração III (Verdadeira):** "Os culpados não foram Bernardo nem Diógenes."

Se essa afirmação é verdadeira, então **Bernardo e Diógenes são inocentes**.

Com essas informações, podemos identificar os culpados:

Já sabemos que Bernardo e Diógenes são inocentes pela Declaração III. **Sabemos que Ernesto também é inocente** pela Declaração I. Como são exatamente dois culpados e os únicos que restam são **Arnaldo e Cláudio**, concluímos que **os culpados são Arnaldo e Cláudio**, alternativa B.

Gabarito: B

57. No texto 1A6-I, se 3 pessoas forem aleatoriamente escolhidas entre os 5 suspeitos, então a probabilidade de os dois culpados serem escolhidos será igual a

- A) $1/10$.
- B) $3/10$.
- C) $2/15$.
- D) $13/20$.
- E) $11/15$.

COMENTÁRIO:

A questão informa que há 2 culpados entre os 5 suspeitos e pede a probabilidade de, ao selecionar 3 suspeitos, escolher os 2 culpados.

Os casos favoráveis correspondem à seleção dos 2 culpados e de mais um suspeito, entre os 3 que restaram:

$$\text{casos favoráveis} = 3$$

E os casos possíveis correspondem à seleção de 3 pessoas quaisquer entre todos os 5 suspeitos (combinação):

$$\text{casos possíveis} = C_{5,3} = \frac{5!}{5-3! \times 3!} = \frac{5 \times 4 \times 3!}{2! \times 3!} = 10$$

E a probabilidade é a razão entre esses resultados:

$$p = \frac{\text{casos favoráveis}}{\text{casos possíveis}} = \frac{3}{10}$$

Pelo exposto, a resposta é a letra B.

Gabarito: B

Texto 1A6-II

Em um distrito policial, estão lotados 30 agentes para policiamento ostensivo. Acerca do tempo de serviço desses agentes como policiais, sabe-se que

- I. 6 deles têm mais de 5 anos de serviço;
- II. 12 deles têm entre 2 e 10 anos de serviço;
- III. 16 deles têm menos de 2 anos de serviço.

58. Considerando-se o texto 1A6-II, é correto afirmar que a quantidade de agentes com mais de 10 anos na função de policial é igual a

- A) 2
- B) 4
- C) 6
- D) 8
- E) 10

COMENTÁRIO:

Temos um total de **30 agentes** e as seguintes informações sobre seu tempo de serviço:

- **6 agentes têm mais de 5 anos de serviço.**
- **12 agentes têm entre 2 e 10 anos de serviço.**
- **16 agentes têm menos de 2 anos de serviço.**

Sabemos que os **12 agentes com tempo entre 2 e 10 anos possuem, no máximo, 10 anos de serviço.** Além disso, os **6 agentes com mais de 5 anos incluem tanto aqueles que têm entre 5 e 10 anos quanto aqueles com mais de 10 anos.**

Somando os agentes com menos de 2 anos (16) e aqueles entre 2 e 10 anos (12), temos um total de **28 agentes.** Como o efetivo total é de 30, restam **2 agentes com mais de 10 anos de serviço,** alternativa A.

Gabarito: A

59. Suponha que 3 policiais do texto 1A6-II sejam escolhidos no grupo para cumprir determinada diligência. Suponha, ainda, que se deseje que, na função de policial, 1 desses agentes tenha mais de 2 anos de serviço, e os outros 2, menos de 2 anos de serviço. Nesse caso, a quantidade de formas diferentes de constituir esse grupo é

- A) inferior a 100.
- B) superior a 100 e inferior a 400.
- C) superior a 400 e inferior a 1.000.
- D) superior a 1.000 e inferior a 2.000.
- E) superior a 2.000.

COMENTÁRIO:

A questão pede o número de maneiras de selecionar 1 agente com mais de dois anos de serviço e 2 agentes com menos de dois anos de serviço. Pelos dados do enunciado, 16 agentes possuem menos de 2 anos. Logo, o número de maneiras de selecionar 2 agentes entre eles é dado pela combinação:

$$C_{16,2} = \frac{16!}{(16-2) \times 2!} = \frac{16 \times 15 \times 14!}{14! \times 2!} = \frac{16 \times 15}{2} = 8 \times 15 = 120$$

Agora, precisamos selecionar 1 agente com mais de dois anos. O enunciado informa que há 6 agentes com mais de cinco anos e 12 agentes com mais de dois anos e menos de dez anos. Essas duas categorias referem-se a agentes com mais de dois anos, mas há uma interseção entre elas. Como há 30 agentes no total, dos quais 16 têm menos de dois anos, podemos concluir que a diferença está associada a agentes com mais de dois anos:

$$30 - 16 = 14$$

Portanto, há 14 possibilidades para a escolha do agente com mais de dois anos. Pelo princípio multiplicativo, o número de maneiras de selecionar todos os 3 membros é dado pelo produto:

$$120 \times 14 = 1680$$

Nosso gabarito é a letra D.

Gabarito: D

60. Considere que Pedro e Paulo sejam policiais no distrito policial do texto 1A6-II e que Pedro tenha começado a trabalhar na polícia 6 anos antes de Paulo. Considerando-se que, daqui a 1 ano, o tempo de serviço de Pedro será o dobro do tempo de serviço de Paulo, então o tempo de serviço de Paulo hoje é igual a

- A) 2 anos.
- B) 3 anos.
- C) 4 anos.
- D) 5 anos.
- E) 6 anos.

COMENTÁRIO:

Temos dois policiais, Pedro e Paulo. Sabemos que:

- **Pedro começou a trabalhar 6 anos antes de Paulo.**
- **Daqui a 1 ano, o tempo de serviço de Pedro será o dobro do tempo de serviço de Paulo.**

Nosso objetivo é determinar **o tempo de serviço de Paulo hoje**. Vamos considerar o tempo de serviço de Paulo **hoje**. Como Pedro começou a trabalhar **6 anos antes**, seu tempo de serviço hoje é **$x+6$** .

Daqui a **1 ano**, o tempo de serviço de Paulo será **$x + 1$** e o de Pedro **$x + 6 + 1 = x + 7$** será .

Foi dado que **o tempo de serviço de Pedro daqui a 1 ano será o dobro do tempo de serviço de Paulo**, ou seja: **$x + 7 = 2(x + 1)$**

Resolvendo a equação:

$$x + 7 = 2x + 2$$

$$2x - x = 7 - 2$$

$$x = 5$$

Ou seja, **o tempo de serviço de Paulo hoje é 5 anos**, que corresponde à letra D

Gabarito: D

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

